



AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Iniciativa Comunitária UrbanII-Porto Gondomar

VENCESLAU CALVINO DA SILVA MATEUS

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO

Orientador: Professor Doutor Paulo Santos Conceição

NOVEMBRO DE 2021

Mestrado em Planeamento e Projecto Urbano 2020/2021

Departamento de Engenharia Civil

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

mppu@fe.up.pt

Editado por

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

feup@fe.up.pt

<http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado em Planeamento e Projecto Urbano - 2020/2021 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2015.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

Dedico este trabalho a Deus Pai todo poderoso que esteve comigo nos momentos mais difíceis.

“Antes de pensar em mais ruas, ciclovias, transporte público ou mesmo na escala humana, é preciso pensar: que cidade queremos? E aí, o que importa não são os elementos do planejamento urbano, mas as coisas que nos fazem viver melhor”

Jan Ghel

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à minha família, minha amada esposa Yolanda e aos meus ricos e queridos filhos Márcio e Marco por me terem ajudado a perseguir este alvo. Aos meus queridos pais por me instruírem e me apoiarem nas decisões tomadas.

Na academia gostaria de reiterar a dedicação e paciência do Professor Doutor Paulo Conceição, pela preciosa orientação dada ao longo da execução da Dissertação. A todos os professores do curso.

A pessoa que impulsionou a concretização deste feito, o Tio Andrade por seres o que és por ser tão presente nas nossas vidas nos bons e maus momentos embora do outro lado do oceano, mas sempre pronto para ajudar sem questionar.

A todos amigos, colegas e irmãos pelo apoio e compreensão

RESUMO

As AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (AIDUS) são consideradas instrumentos de política urbana que vêm associados as políticas de coesão no período de 2014 – 2020 dando continuidade aos auxílios prestados nos Estados Membros da EU a mais de 3 décadas, desta feita integradas aos fundos de coesão.

A dimensão urbana da Política de Coesão desempenhou um papel preponderante nos Estados Membros da União Europeia (UE) pois tiveram a oportunidade de efetuar mudanças nas abordagens das políticas urbanas locais, várias iniciativas Comunitárias foram implementadas (Urban e Urban II) em diferentes escalas, o que impulsionou o desenvolvimento regional e conseqüentemente o incentivo de financiamento para várias cidades. Com os programas pilotos e as experiências das iniciativas comunitárias desenvolvidas em larga escala pelos Estados-Membros da UE, foi possível criar um repositório de práticas, o que ficou conhecido como o acervo urbano. Essa fase, entendida como experimental carecia de uniformização integração nas políticas urbanas nos Estados Membros - “mainstreaming”.

As AIDUS que vêm associadas a todo esse processo procura atingir um desenvolvimento urbano sustentável, a partir de uma abordagem holística capaz de fortalecer a resiliência das cidades mediante a participação dos atores locais, em consonância com os apoios dos Fundos Estruturais da UE (União Europeia). Todos os processos deram o contributo relevante para a europeização variada (ou variegada) e conseqüentemente as AIDUS que influenciaram a chamada Política Urbana Europeia.

A dissertação incide no raciocínio de resolução dos problemas nos espaços urbanos degradados, notáveis diferenças sociais e económicas bem como a exclusão social ou se quisermos chamar de “apartheid urbano” a nível de Portugal. A escolha do tema Urban II reside da necessidade de encontrar respostas em referenciais mais concretas da aplicação do conceito de ação integrada. –A questão levantada é posta da seguinte forma: até que ponto o conceito das AIDUS insere -se no processo evolutivo de aprendizagem das experiencias anteriores.

Perante os estudos feitos as Iniciativas Comunitárias Urban II Porto Gondomar além de colocarem a mesa uma nova forma de gestão de política urbana de programa do gênero em Portugal pode-se constatar que atingiu e superou em sua maioria as expetativas dos objetivos e metas traçadas.

Palavras-chave: Política urbana, Iniciativas Comunitárias Urban II Porto-Gondomar, Europeização urbana, ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável, coesão política.

ABSTRACT

INTEGRATED ACTIONS FOR SUSTAINABLE URBAN DEVELOPMENT (AIDUS) are analyzed as urban policy instruments that are good as cohesion policies in the period 2014 - 2020, continuing those provided in EU Member States for more than 3 decades, this time integrated into the funds of cohesion.

The urban dimension of Cohesion Policy played a preponderant role in the Member States of the European Union (EU) as they had the opportunity to effect changes in the approaches of local urban policies, several Community initiatives were implemented (Urban and Urban II) at different scales, the which boosted regional development and consequently the funding incentive for several cities. With the pilot programs and experiences of community initiatives developed on a large scale by EU Member States, it was possible to create a repository of practices, which became known as the urban *acquis*. This phase, understood as experimental, lacked standardization and integration in urban policies in the Member States - “mainstreaming”.

The AIDUS, which are associated with this entire process, seek to achieve sustainable urban development, based on a holistic approach capable of strengthening the resilience of cities through the participation of local actors, in line with support from the EU Structural Funds (European Union). All processes made a relevant contribution to the varied (or variegated) Europeanization and consequently the AIDUS that influenced the so-called European Urban Policy.

The dissertation focuses on problem solving reasoning in degraded urban spaces, notable social and economic differences as well as social exclusion or if we want to call it “urban apartheid” at the level of Portugal. The choice of the Urban II theme stems from the need to find answers in more concrete references for the application of the concept of integrated action. –The question raised is posed as follows: to what extent the concept of AIDUS is part of the evolutionary process of learning from previous experiences.

In view of the studies carried out by the Urban II Porto Gondomar Community Initiatives, in addition to putting to the table a new form of urban policy management of a similar program in Portugal, it can be seen that it has mostly reached and exceeded the expectations of the outlined objectives and goals.

KEYWORDS: Urban policy, Urban II Porto-Gondomar Community Initiatives, Urban Europeanization, integrated actions for sustainable urban development, political cohesion.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
1. INTRODUÇÃO	1
2. O CONCEITO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL INTEGRADO NA UE	5
2.1. NOTA INTRODUTÓRIA	5
2.2. ENQUADRAMENTO: PROCESSO HISTÓRICO	7
2.2.1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E A EXPERIÊNCIA DAS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS URBAN (A PROBLEMÁTICA DOS BAIRROS DESFAVORECIDOS)	17
2.2.2. AGENDA URBANA EUROPEIA (E AS AIDUS)	21
2.2.3. EUROPEIZAÇÃO E MUDANÇA DOMÉSTICA	25
3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	31
3.1. NOTA INTRODUTÓRIA	31
3.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO – CÍRCULO DIMENSIONAL E MÉTODO ESTRELA	33
4. URBAN II ESTUDO DE CASO: PORTO-GONDOMAR	38
4.1. ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL	38
4.1.1. NOTA INTRODUTÓRIA	38
4.1.2. POLÍTICAS URBANAS EM PORTUGAL	39
4.2. URBAN II - PORTO GONDOMAR	43
4.2.1. ENQUADRAMENTO	43
4.2.2. ANÁLISE SWOT	47
4.3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS - CONCELHO DO PORTO	53
4.4. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS - CONCELHO DE GONDOMAR	54
4.5. INDICADORES DE IMPLANTAÇÃO URBAN II PORTO - GONDOMAR	58
4.6. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO E APLICABILIDADE DA METODOLOGIA	61
5. CONCLUSÃO	65
5.1. NOTA INTRODUTÓRIA	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 2.2.2. 1- Processo evolutivo de políticas urbanas na UE, criação do Autor.....	25
Fig. 3.2. 1 Proposta de avaliação das AIDUS, adaptação do círculo dimensional e o modelo estrela	34
Fig. 4.2.1. 1- Áreas afetadas ao Urban – Porto - Gondomar.....	44
Fig. 4.3. 1- A Iniciativa Comunitária Urban no Concelho do Porto.	53
Fig. 4.4. 1- Localização Gondomar na AMP. Fonte: CCDR-N e Rede Natura 2000.	54
Fig. 4.4. 2- Divisão por Freguesias do município de Gondomar. Fonte: CAOP.....	55
Fig. 4.6.1- Representação gráfica dados de implementação do método estrela com base em projetos	63

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.2. 1- Instrumentos de Políticas Urbanas Europeias relativas ao desenvolvimento urbano sustentável integrado 1990 -2014. Fonte: Ribeiro 2010-2012, Kotzebue (2016) Adaptação do autor	Erro! Indicador não definido.
Tabela 3.2. 1- Estrutura de indicadores de avaliação, Fonte: Medeiros e van der Zwet (2019).	36
Tabela 4.2.1. 1- A Área estudo na intercessão dos dois concelhos. Relatório final do Urban II (CE). .	46
Tabela 4.2.2. 1- Análise SWOT Urban II Porto-Gondomar. Fonte: Relatório Final de Execução - PIC URBAN 2 Porto - Gondomar.	48
Tabela 4.2.2. 2- Tabela estrutural da Iniciativa Comunitária Urban II - Porto Gondomar. Fonte: Relatório final do PIC Urban II.	50
Tabela 4.4. 1- Evolução Censitária da população de Gondomar, por freguesias.	56
Tabela 4.4. 2- Dados dos projetos implementados PIC Gondomar – Fonte:Câmara de Gondomar. ..	57
Tabela 4.6. 1- Entrosamento de dados entre a análise estrutural da Iniciativa Comunitária Urban II - Porto Gondomar e as cinco dimensões das AIDUS.	62
Tabela 4.6. 2- Dados da avaliação do PIC- Porto Gondomar segundo método dimensional.	64

ACRÓNIMOS

AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

BEI - Banco Europeu de Investimento

CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal

CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CE – Comissão Europeia

CEB - Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa

CEE - Comissão Económica Europeia

DEC - Departamento de Engenharia Civil

ESPO - Rede Europeia de Observatório de Ordenamento do Território

EU - União Europeia

EUKN - European Urban Knowledge Network (Rede Europeia do Conhecimento Urbano)

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

INE - Instituto Nacional de Estatística

ICLEI – Local Governments for Sustainability

IORU - Intervenção Operacional de Renovação Urbana

NUTS - Nomenclatura de unidades territoriais para estatísticas

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PIC – Programação da Iniciativa Comunitária

PIIM - Planos de Intervenções Integradas Dos Municípios

PO – Programa Operacional

PRU - Programa de Reabilitação Urbana,

PUN - Política Urbana Nacional

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

UE – União Europeia

URBACT - Urban Development network programme

1.

INTRODUÇÃO

O estudo tem como enfoque as “AIDUS”, bem como as políticas, instrumentos, programas e ou iniciativas voltadas para o espaço urbano que contribuíram para o atual quadro no que respeita às políticas urbanas integradas de forma sustentável e os instrumentos inerentes à evolução do ambiente urbano europeu que estiveram a sob orientação da EU em parceria com os Estados Membros.

As abordagens das iniciativas comunitárias desenvolvidas nos Estados-Membros mediante os incentivos financeiros colocados à disposição espelham a evolução que teve as Iniciativas comunitárias. A luz desses segmentos espera-se fazer um percurso as políticas urbanas emanadas pela UE, mediante instrumentos de políticas urbanas com este trabalho espera-se perceber de que forma as comunidades afetas ao programa viram as suas expetativas resolvidas, que nível de satisfação e participação teve os atores da comunidade, e quais foram as ações implementadas que mais rapidamente trouxeram benefícios a comunidade e porquê? que contributos trouxeram aos Estados Membros, em particular na área metropolitana do Porto e de que maneira foram enquadradas localmente na perspetiva da governança multinível.

Este estudo apresenta do ponto de vista metodológico, uma adaptação quadro de avaliações de políticas de forma integrada em seis vetores conforme exposto por Medeiros e van der Zwet (2019): i) integração de áreas e políticas; ii) Impacto das operações; iii) horizonte de planeamento; iv) focalização territorial; v) abrangência do quadro de monitoramento; (vi) força do quadro de monitoramento. Com esta base é apresentado as cinco dimensões da estrutura das AIDUS a fim de servir de referências para a avaliação do programa. As duas áreas afetas ao programa Urban II (Porto Gondomar) serão alvos de análises mediante três eixos prioritários de estruturação do (Programa de Iniciativa Comunitária) PIC Urban percentuais não só a nível de execução como também de satisfação de implementação e melhorias manifestadas por parte de quem viu-se envolvido no programa.

O estudo de caso centra-se em Portugal, mas concretamente no Porto-Gondomar. A cidade que granjeou apoio da UE nas estratégias integradas de desenvolvimento urbano financiadas desde 1994 nos grandes aglomerados urbanos.

Em termos motivacionais importa referenciar que a área de abordagem inicial estava direcionada ao meu país Angola/Luanda na perspetiva do PIIM (PLANOS DE INTERVENÇÕES INTEGRADAS DOS MUNICÍPIOS). Trata-se de um plano criado pelo estado angolano com a finalidade de desenvolver os municípios do ponto de vista urbano, mais concretamente nas dimensões socio económico e estrutural de forma integrada.

Com a pandemia covid 19 vi-me impossibilitado de efetuar a viagem para o meu país, a fim de recolher os dados locais que dariam apoio ao estudo de caso (informações pertinentes ao programa bem como sua implementação nos municípios elegíveis) e dar o fundamento crítico, quantitativo para o enriquecimento o estudo. Perante este desiderato a solução passou por procurar localmente alguma abordagem que fosse de encontro ao tema inicial.

A análise do percurso da cidade do Porto incluindo as duas Iniciativas URBAN I e II partiu da necessidade de encontrar referenciais mais concretos da aplicação do conceito de ação integrada. – O termo “integrado” foi o mote principal ao tema ora apresentado as abordagens de “Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano sustentável”. Outro fator não menos importante que terá influenciado a escolha do tema corresponde ao período de crise urbana em que foram lançados os programas pois entendo ser fundamental estabelecer algum paralelo com a realidade angolana e perceber como, por que e quais foram as políticas de regeneração urbana traçada para casos semelhantes de extrema pobreza social e urbana. A questão levantada inscreve-se no fato de que, até que ponto o conceito das AIDUS insere-se no processo evolutivo de aprendizagem das experiencias anteriores

Em termos estruturais a dissertação apresenta-se dividida em 5 secções, sendo esta a primeira. Seção II será feito o enquadramento teórico do tema, será exposto o conceito das “AIDUS”, o papel fulcral dos programas comunitários que influenciaram o acervo urbano, bem como será feito um referencial teórico sobre a europeização e a influência nas políticas urbanas domésticas ainda nesta seção abordar-se-á sobre a dimensão de políticas e programas no domínio do desenvolvimento urbano sustentável na EU. Seção III será descrita especificamente a metodologia usada para avaliar o estudo de caso seguindo o método estrela adaptado a partir do círculo dimensional de avaliação das AIDUS feita por Medeiros e van der Zweet e os três eixos de estrutura do Urban II segundo relatório final do urban. Seção IV será introduzida o percurso

histórico sobre as Políticas Urbanas em Portugal desde os projetos pilotos, as Iniciativas Comunitárias do Urban I e II, os programas Nacionais de reabilitação urbana, as iniciativas Bairros Críticos, etc com intuito de se tirar lições das abordagens bem como a sua adaptação em função do local de implementação. Ainda dentro dessa seção será desenvolvido e apresentado o Estudo de caso -Porto Gondomar mediante a Iniciativa Comunitária Urban II, seu enquadramento fatores e indicadores que tornaram a zona elegível ao programa bem como medidas pré estabelecidas combater o mal que proliferava nos concelhos do estudo. A conclusão começa por apontar as várias recomendações referentes ao estudo de caso Porto Gondomar perante a Iniciativa Comunitária Urban II, assinala os ganhos conseguidos com o programa principalmente a nível social e a integração com outros setores e menos entre os concelhos estudados.

2.

O CONCEITO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL INTEGRADO NA UE

2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

As cidades representam um nicho de soluções globais e de desafios que giram em torno de situações económicas, sociais e ambientais. São um verdadeiro tabuleiro de relações, encontros com fins diversificados, desde trocas de idéias e lazer. Por outro lado, cada vez mais são estes palcos que apresentam inúmeras preocupações de vária ordem. Uma das ferramentas de política que em muito tem contribuído no combate de problemas nas cidades a nível global tem sido a política de Gestão Urbana.

Segundo a literatura as áreas urbanas que apresentam planeamento deficiente, falta de medidas que visam alavancar a integração social e a economia verde, tem sido as áreas escolhidas para a efetivação das políticas de coesão que a UE tem levado a cabo com o intuito de dar cabal resposta aos déficits estratégicos destas áreas. A UE tem dado ênfase no desenvolvimento urbano sustentável integrado, pois entende que esta política visa proporcionar oportunidades de desenvolvimento e crescimento numa escala local.

Alguns autores referem o termo “integrado” ligado a capacidade de governança urbana Le Galès (2005), ao passo outros autores fundamentam que o termo tem mais impacto em países com uma ausência de planeamento por consequência de uma débil presença do estado a nível local. Encontraremos argumentos de que a integração numa visão social, não deve ser somente entendida como desenvolvimento da comunidade urbana, é muito mais extensiva na medida em que visa dar soluções de desenvolvimento social e económico de forma integrada no espaço urbano Gutiérrez Palomero (2010 p 162), faz referência ao desenvolvimento integrado sobretudo a partir de iniciativas com a participação das comunidades-urbanas, refere-se sobre a

necessidade de integrar as ações sobre várias dimensões da dinâmica urbana, desde a social e ambiental, mas refere-se também sobre as cooperações e responsabilidades, os atores envolvidos bem como a integração da comunidade, atores locais e a necessidade de partilha de conhecimento de forma sincronizada.

A política de coesão na UE ganhou uma nova abordagem a partir do programa desenvolvido para o período 2014-2020, cujo principal objetivo consistia no desenvolvimento territorial e urbano integrado. Esse novo impulso levantou a necessidade de avaliar as políticas urbanas, seus principais impactos no desenvolvimento em áreas urbanas.

As Nações Unidas, chamam atenção ao mundo sobre a necessidade de alargar a malha urbana, mas, de forma inclusiva e sustentável. Aumentar também a capacidade de planejar e gerir de forma participativa, integrada e sustentável no que toca os assentamentos humanos em todos os países. Ainda, na mesma abordagem a Comissão Europeia (CE) aborda sobre a importância de interligar as várias dimensões da vida urbana, desde a ambiental, social e cultural, sendo que o sucesso do desenvolvimento urbano está diretamente relacionado a uma abordagem integrada. Esta integração exige uma estrutura de governança coesa, participativa a vários níveis, soluções que se adaptam ao local, o desenvolvimento de novos modelos organizacionais e de governança, bem como a simbiose de medidas quer de renovação urbana física, quer intervenções sociais e económicas, quer ainda em intervenções ambientais e de planeamento urbano CE (1998), Urbact, 2014).

Outra ferramenta que em muito contribui para as políticas de sustentabilidade a nível europeu foi a Carta de Leipzig sobre cidades europeias sustentáveis (2007, p.2). Ela não é mais do que um documento produzido pelos Estados-Membros da UE, cujo principal objetivo passa por definições de estratégias comuns nas políticas de desenvolvimento urbano, pois que os ministros presentes nessa conferência reconheceram que as cidades europeias atravessam desafios, oportunidades que diferem de uma região para outra, mas que de forma genérica os problemas que cada uma atravessa necessita de um tratamento estratégico. Os representantes dos Estados-Membros encabeçados pelos ministros assumiram os seguintes compromissos: (*Carta de Leipzig, 2007*)

i) Cada estado deve criar debates políticos sobre o modo de integrar os princípios e as estratégias vindas da carta de Leipzig sobre cidades Europeias sustentáveis nas políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais;

ii) *Recorrer a um instrumento de desenvolvimento urbano integrado e as respetivas estruturas de governação para a sua aplicação, criando para o efeito as condições gerais necessárias a nível nacional;*

iii) *promover uma organização territorial equilibrada baseada numa estrutura urbana policêntrica europeia.*

Os ministros presentes declararam que o desenvolvimento urbano integrado é uma condição de extrema importância para o sucesso da sustentabilidade urbana. Ferry, Kah e Bachtler (2018) abordam quatro dimensões distintas que são fórmulas chaves para o êxito em políticas integradas que são : (i) Estratégica - a sua importância recai no sentido de fortalecimento de sinergias entre diferentes sectores de um determinado território ; (ii) Monetário - prende-se ao fato de buscar várias alternativas das fontes financeiras, por forma a incentivar e facilitar o investimento de forma coordenada nos territórios ; (iii) Territorial : apoio à integração local, segundo a visão reforçada em áreas funcionais; (v) Operacional : promover a integração das atividades de forma combinada e com investimentos derivados de vários fundos, garantindo desta maneira a implementação de projetos integrados de forma mais robusta e complexa.

De acordo ao documento da ESPON (2018, p.3) sobre os indicadores potenciais para o desenvolvimento territorial e urbano integrado, foram selecionados uma série de elementos preponderantes que devem estar sincronizados quando o assunto é investir em territórios integrados que são: (i) - Investimento em infraestruturas sem descorar o capital humano;(ii) - Fundos FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural); (iii) - Bolsas com instrumentos financeiros. Não menos importante é a escolha de um território selecionado, bem como montar uma estratégia de desenvolvimento territorial integrada.

2.2. ENQUADRAMENTO: PROCESSO HISTÓRICO

Com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no ano de 1976 e com o lançamento de diferentes instrumentos de apoio a política regional no início dos anos 80 a comunidade europeia deu passos significativos no apoio direto as cidades. A década de oitenta e início dos anos noventa, têm particular relevância na história da Europa, em função dos

surgimentos dos primeiros indícios de mudanças estruturais nas cidades. Por exemplo no ano de 1993 os estudos sublinham o lançamento de instrumentos com o propósito de apoiar e fomentar o desenvolvimento económico que grosso modo foi acrescido ao Fundo de Coesão que tinha objetivos específicos e bem delineados no reforço da política regional, com base nos Fundos Estruturais e iniciativas europeias.

Dito isto os primeiros passos foram dados a favor das políticas urbanas da UE, atreladas nas principais transformações das cidades no que se refere à regeneração urbana. Para que as políticas possam ser implementadas é necessário que estejam conetadas aos instrumentos como ferramentas que tornam exequíveis os projetos. Como se pode verificar na Tabela 2.2. 1.

Na UE os EM tiveram à sua disposição várias ferramentas que deram apoio não só de forma, técnica, mas também financeiramente.

	Ano	Nome	Tipos de Instrumentos	Conteúdos/Objetivos
1	1990	Livro Verde sobre o ambiente Urbano	Comunicação	<p>- Levantamento dos principais desafios do fórum ambiental - bem como a identificação de áreas chaves para lidar com o ambiente urbano.</p> <p>A Sustentabilidade assume o papel orientador nos programas de desenvolvimento das cidades</p> <p>. Confirmação da necessidade de uma abordagem integrada do ambiente urbano.</p>
2	1991/1993	Cidades Europeias Sustentáveis	Projeto	- Primeiros passos para efetivação das idéias do livro Verde
3	1990-1993	Projetos Urbanos Piloto	Programa / Projeto	<p>-Definição de balizas orientadoras aos projetos inovadores de regeneração e planeamento urbano;</p> <p>-Selecionar problemas da dimensão</p>

				social, económica, degradação de centros históricos; incipiente planeamento do uso do solo; abandono das áreas industriais.
4	1994-1999	Iniciativa Comunitária URBAN I	Iniciativa	-Concretizar algumas das metas do 5º programa; -Objetivo de resolver os problemas de regeneração urbana e coesão; -Alvo: requalificação das áreas urbanas periféricas com problemas de pobreza, exclusão, isolamento etc.
5	1994	Cartas das cidades europeias para a Sustentabilidade	Carta de Princípios	- Fruto da 1ª Conferência sobre Cidades Sustentáveis; -Atribui às cidades a responsabilidade e autonomia para atingir as metas do desenvolvimento sustentável.
6	1997-1999	Projetos Urbanos Pilotos (UPP)	Programa/Projeto	-2ª fase, direcionada aos problemas de congestionamento de trânsito, degradação de edifícios e declínio económico; -Cobertura de 26 novos projetos de 14 Estados membros.
7	1998	Desenvolvimento Urbano Sustentável: um quadro de ação	Comunicação	Estudo sobre a forma como as políticas europeias abarcam os problemas urbanos; - Objetivo: incorporar nas diferentes políticas da UE a meta do desenvolvimento urbano integrado.
8	1999	Esquema de desenvolvimento do Espaço Comunitário	Estratégia	Proposta de análises e orientações para reforçar a coordenação de políticas nacionais em matéria de ordenamento do território; - Dentro Dos seus objetivos destaca-se "o desenvolvimento territorial mais equilibrado e policêntrico e uma nova relação cidade campo"
9	2000-2006	Iniciativa Comunitária URBAN II	Iniciativa	-Atuação em áreas urbanas em crise de pequena dimensão: -As áreas de intervenção: a) regeneração física e ambiental; b) inclusão social e c) emprego e empreendedorismo.

10	2000	URBACT	Iniciativa	- Faz parte do Urban II; -Objetivo: desenvolver uma rede de troca de experiências entre atores do Urban I e II e dos UPP, de forma a tirar conclusões dos resultados.
11	2000	Declaração de Hanôver	Carta de Princípios	Resultado da 4ª Conferência sobre Cidades Sustentáveis; -Definição de princípios e valores orientadores das ações a nível local (ou seja, cidades), nas diferentes dimensões – económico, social e institucional, para atingir o desenvolvimento sustentável.
12	2000 - 200	Fundos Estruturais Objetivo	Instrumentos de Financiamento	-Orientado para a revitalização de áreas que enfrentam dificuldades estruturais, que inclui áreas urbanas em declínio.
13	2004	Compromisso de Aalborg	Carta de Princípios	-Consequência da 5ª Conferência sobre Cidades Sustentáveis; -10 Compromissos assumidos pelas cidades, com base nos objetivos do desenvolvimento sustentável, entre os quais o planeamento e desenho urbano.
14	2005	Iniciativa Comunitária Jessica	Iniciativa	-Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas. Instrumento financeiro promovido pela C.E. e desenvolvido pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) com o apoio do Council of Europe Development Bank. - Aplicar Fundos Estruturais em projetos ligados à regeneração urbana através de empréstimos, participações de capital etc.
15	2006	A política de coesão e as cidades	Comunicação	-Proposta de ações de apoio ao crescimento económico sustentável; - Importância da competitividade das cidades.

16	2006-2007	Urban Audit	Iniciativa	- 2ª Grande fase - 367 cidades com dados referentes a 2004.
17	2007	Carta de Leipzig sobre a Sustentabilidade nas Cidades Europeias	Carta de Princípios	-Formulação de recomendações e estratégias de ação para o planeamento e gestão eficaz das cidades europeias; -Recomendação da integração das políticas de
18	2008	Carta Urbana Europeia	Carta de Princípios	-Adotada pelo Congresso das Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, intitulado "Manifesto para uma nova Urbanidade"; -Apresentação de conceitos e aspirações associados a novas formas de vida urbana.
19	2010	Declaração de Toledo	Carta de Princípios	- Reunião Ministerial Informal de Toledo sobre a Declaração relativa ao Desenvolvimento Urbano, Toledo, 22 de junho de 2010; - Evidencia o papel estratégico da regeneração urbana integrada, que se insere numa abordagem integrada ao desenvolvimento urbano.
20	2014	Dimensão Urbana das políticas da UE	Comunicação	Apresentar a necessidade de uma Agenda Urbana da UE.

Tabela 2.2. 2- Instrumentos de Políticas Urbanas Europeias relativas ao desenvolvimento urbano sustentável integrado 1990 -2014. Fonte: Ribeiro 2010-2012, Kotzebue (2016) Adaptação do autor

A política urbana sobre desenvolvimento urbano sustentável na UE, vem sendo abordada antes dos anos 90, e tem sido fortemente fomentada pelas iniciativas de várias instituições, segundo consta no relatório económico e social sobre o desenvolvimento urbano sustentável, em uma das publicações sobre o quadro de ação, surge na linha da frente o Livro verde sobre o ambiente urbano, apresentado no ano de 1990, com a data de 1996 o Relatório sobre cidades sustentáveis, que tem como autores o grupo de peritos sobre o ambiente urbano da UE. Ainda no ano de 1996 a Comissão coloca a mesa a questão urbana, dando a conhecer a necessidade de se criar uma Agenda Urbana da União Europeia. Teve o apoio por parte do Parlamento Europeu, Comité

Económico e Social e o Comité das Regiões, mas eles recomendaram à Comissão a ter particular atenção na criação de novas ações.

Com base nesta nova visão do quadro europeu sobre o espaço urbano, foram surgindo vários argumentos quer de carácter socioeconómico, cultural e institucional, na medida em que sendo a Europa o continente mais urbanizado do planeta havia uma certa preocupação por parte da Comissão em não alterar os pilares históricos e culturais das cidades europeias, bem como buscar um equilíbrio no que se refere crescimento económico versus desemprego e tanto o aumento do custo de vida versus marginalização, pois se entende que é nas cidades que se registram os efeitos mais elevados da evolução económica e social, mas também são nas mesmas que tem de procurar solucionar os desafios do tocante ao desenvolvimento urbano.

Não é por acaso que no tratado de Amsterdam se deu a inclusão dos dois temas por um lado o ambiente e por outro o social, sendo que ficou registado o compromisso pela EU em relação às Nações Unidas no âmbito do protocolo de Quioto, no que diz respeito a obrigações de carácter ambiental definir linhas de ação coerentes vinculados à política urbana europeia.

As cidades são centros interativos entre humanos com múltiplas trocas sociais. São também considerados os impulsionadores por onde circulam as economias - portanto possuem uma relação direta com empregos e serviços, são por isso autênticas máquinas de criatividade e inovação, sendo que a título de exemplo na UE cerca de 70% da população vive em áreas urbanas, portanto é um número bastante expressivo na relação do PIB da UE, estando fixado cerca de dois terços UE (2014, p2) Begg (1999); Vale (2011). Segundo CE as áreas urbanas na Europa atingem uma média de mais de dois terços de acolhimento de população a nível da Europa, o que em termos de consumo energético corresponde a cerca de 80%. Talvez por esse quesito sejam as áreas atrativas não só com base na elevada concentração demográfica, mas também na concentração de problemas de várias ordens, desde o desemprego, segregação, pobreza bem como graves problemas de fórum ambiental

Cada vez mais vem sendo dada ênfase na interdependência dos problemas nas várias áreas urbanas - económicas, climáticas, sociais e demográficos - ou seja a resolução exitosa deles diante do desenvolvimento urbano, está intrinsecamente ligado pela adoção de uma abordagem integrada. Quer isso dizer que qualquer medida que se venha a implementar para a renovação do espaço físico urbano, tem de estar em sincronia com aqueles que possam promover não só o espaço em si, mas, promover em simultâneo a educação do desenvolvimento económico, a inclusão social e a proteção do ambiente. Importa realçar que deve existir conjugação de

esforços, desde o desenvolvimento de parceiros eficazes entre os cidadãos, a sociedade civil organizada a economia local e os vários níveis de governo - governança multinível - que são realmente essenciais para que se possa alcançar resultados sustentáveis e aceites por todos os intervenientes.

Levando em consideração toda gama de desafios e problemas acarretados ao longo dos anos nas cidades europeias, a UE procura cada vez mais dar resposta cabal com intuito de resolver o u pelo menos mitigar tais desafios de forma inteligente, sustentável e inclusiva. Os desafios vão desde as alterações a nível demográfico e climático, a falta de crescimento económico e social.

Perante esse quadro de desafios e problemas, a UE teve que criar uma série de alternativas com base em políticas e instrumentos financeiros muito dos quais com base numa política urbana integrada. Consta que pelo menos a mais de 25 anos que a UE tem desenvolvido idéias para uma política integrada, pois embora não possuir uma política integrada de desenvolvimento urbano sustentável, mas tem produzido vários relatórios, documentos bem como recomendações emanadas em vários encontros de grupos de peritos no tocante de políticas desenvolvimento urbano para esse fim, sendo que estando desprovido de autoridade jurídica a fim de persuadir ou impingir aos estados membros a adotarem eventual política, a UE tem feito uso de vários instrumentos financeiros no âmbito da dimensão urbana das políticas com intuito de estimular e orientar as autoridades nacionais e locais para a divulgação de um sistema integrado de desenvolvimento urbano sustentável. Nesses instrumentos e recomendações ficam clarificados as respetivas normas e os potenciais indicadores, na medida em que cabe a cada Estado-Membro criar um grupo de especialistas de planeamento bem como os atores interessados na conceção e elaboração dos projetos de forma exequível, tendo como premissa as orientações políticas implementadas pelas UE.

No ano de 2014 a Comissão Europeia apresentou no seu site a dimensão urbana das políticas da UE, bem como as principais características do que se espera da Agenda Urbana da UE. Importa realçar que já nessa publicação ficou demonstrada que seria preponderante dar ênfase a questão do desenvolvimento urbano sustentável bem como a sua melhoria, ainda ficou declarado que o Fundo de Desenvolvimento Regional FEDER fará investimentos em zonas urbanas EU (2014).

Durante o período de vigência 2014-2020 está planeado um gasto de 80-90 mil milhões de euros focalizados em zonas urbanas. Este instrumento também reserva um valor mínimo de 5% das dotações de cada Estado-Membro destinadas aos programas de desenvolvimento urbano sustentável integrado.

No âmbito de aplicação da Agenda Urbana para a UE constam vários itens focalizados em políticas de desenvolvimento urbano bem como na melhoria das condições urbanas. Destes destaca-se o ponto seis que se refere:

“...no princípio de uma abordagem integrada do desenvolvimento urbano sustentável como uma ferramenta orientadora para o alcance dos três objetivos chave - Melhor regulação; Melhor financiamento; Melhor conhecimento. Ainda estão inseridas nesta agenda as oportunidades inerentes à política de coesão na vertente do desenvolvimento urbano sustentável...” UE. (2016. p.8)

Todavia, eram visíveis as mudanças um pouco por toda Europa, o desenvolvimento de informação a globalização, e a redistribuição funcional das atividades que geram algum serviço e produção de acordo com a literatura o aumento descontrolado da pobreza em vários setores da vida urbana, teve como base outros fatores desde elevadas taxas demográficas em bairros urbanos, devido à concentração elevada da população em zonas próximas aos serviços. Segundo De Gregorio Hurtado et al, (2021) esses bairros tiveram a sua origem em locais próximos às zonas planeados por um lado e por outro, localizados em locais de fraca conectividade com o resto da cidade que de certa forma acabaram por criar zonas homogêneas socialmente marginalizadas e com elevada deterioração física. Portanto, todos estes problemas de índole social levaram a estigmatização a pontos de estarem socialmente isolados e segregados fisicamente. Portanto toda a conjuntura e os choques socioeconómicos, ambientais e culturais vividos um pouco por toda Europa, elevaram a níveis negativos todos os fenómenos sociais, desde o desemprego, a exclusão, a segregação e a polarização social e tantos outros que colocam em risco toda a perspetiva do cidadão para um futuro promissor. De realçar que foram esses problemas e outros a nível da Europa que trouxeram à tona abordagens políticas para as cidades, sendo que a solução não podia ser vista de forma local.

Esta característica paradoxal que ganha a cidade por um lado como escopo e por outro lado como agente e território urbano como verdadeiros espaços de conquistas de oportunidades coloca a cidade sob influência de vários organismos e diferentes níveis de instituições, na ótica

de abordagens sobre a cidade bem como o manancial de políticas desenvolvidas a fim de dar respostas aos desafios.

Sem tirar de vista que os surgimentos destas políticas tiveram como base todas as consequências negativas por conta da degradação urbana e a constante procura de um critério de coesão socioeconómico no território europeu. Além dos desafios sociais levantava-se também o problema ambiental, levando com que a Comissão Europeia tomasse uma direção em prol de selecionar os mesmos dilemas. Um dos primeiros passos a partir da competência ambiental a nível da política urbana na então Comissão Europeia foi sem sombras de dúvidas o livro verde sobre o meio ambiente urbano Comissão Europeia (1990) sendo que o mesmo grosso modo, serviu como balizador das futuras estratégias de planeamento urbano, uso do solo bem como definia os objetivos e a dimensão do ambiente urbano. Na sequência surgiu o lançamento do projeto piloto urbano no ano de 1989. Portanto estas ferramentas que atuaram por meio de um projeto desenvolvido por cada Estado-Membro em função da sua realidade, mas sempre seguindo as diretrizes da UE, sendo que o motivo da escolha destas áreas limitada, cingia-se nas características homogêneas e certas privações do ponto de vista urbano. De Gregorio Hurtado (2017). Estes projetos do Urban além de estarem focados nas questões económica, técnica e política também estiveram vinculadas de maneira sincronizada por meio de uma abordagem integrada, fazendo a simbiose de ações na esfera social, económica e ambiental.

A iniciativa comunitária URBAN lançada pela Comissão Europeia nos anos de 1994 em 12 estados-membros, teve as suas bases de surgimento experimental nos programas desenvolvidos no Reino Unido e em França. De acordo com De Gregorio Hurtado no Reino Unido o programa ficou conhecido como o Desafio da Cidade e Orçamento de regeneração única, ao passo que em França foi criada na década de 1970 a Política urbana nacional fruto da sua cultura em políticas urbanas. Estes dois Projetos Pilotos Urbanos desenvolvidos pelas cidades de Londres e de Marselha, deram os primeiros passos em direção à política urbana da UE, impulsionados pela disposição do artigo 10º do FEDER (para financiar projetos inovadores de regeneração urbana) Tofarides (2003).

A abordagem da iniciativa comunitária URBAN, estava direcionada em esquema integrados de regeneração em áreas carentes, sendo que a sua mais valia prendia-se no facto de poder trazer para o programa iniciativas locais, envolvimento da comunidade, aliás era um dos principais requisitos para se chegar ao financiamento disponibilizado pelo programa FEDER, ou seja para ser concedido o financiamento as autoridades locais tinham que comprovadamente mostrar de

que forma envolveriam a comunidade nos projetos e quais os objetivos e repercussões geram em torno desta área de implementação.

Na sequência da iniciativa comunitária URBAN, surge a URBAN II, no período de 2000 a 2006 seguindo os mesmos princípios, desta feita, havia a necessidade de reforçar a parceria local por forma a “definir desafios, estratégia, prioridades, alocação de recursos e para implementar, monitorar e avaliar a estratégia” e “o desenvolvimento de uma abordagem territorial integrada, incluindo, quando apropriado, a promoção de parcerias interinstitucionais” Comissão Europeia (2000, p. 4). Consta que neste percurso foram apresentados um total de 246 programas e planos, previamente distribuídos sequencialmente: (1989-1999) 58 Projetos Piloto Urbanos, no período de (1994-1999), 118 programas URBAN e (2000-2006) 70 programas URBAN II.

Durante a vigência deste programa é introduzido um novo instrumento de engenharia financeira o JESSICA¹ (Apoio Europeu Conjunto ao Investimento Sustentável em Áreas Urbanas). O instrumento, lançado no ano de 2005, surgiu de uma iniciativa de cooperação entre a Comissão do Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Teve como pano de fundo a promoção da regeneração urbana. JESSICA¹ basicamente estava enquadrado numa natureza de rotatividade de fundos. Na prática, quer dizer que as contribuições do fundo europeu de desenvolvimento regional (FEDER), alocados para o Fundo de Desenvolvimento Urbano são reinvestidos em novos projetos de caráter de regeneração.

Estes programas Operacionais também ficaram conhecidos como “mainstreaming”. Esta visão por parte da Comissão Europeia numa fase inicial não foi bem vista dando origem a vários debates, todavia muitos pretendiam continuar com os programas anteriores do URBAN relativamente ao período 2007-2013, sendo que nesta perspetiva foi apresentado uma reedição do programa sendo mesmo designado de URBAN+

A partir do princípio de que as Iniciativas Comunitárias apoiadas pela EU eram na verdade iniciativas experimentais desenvolvidas em dois ciclos com o intuito de testar os princípios bem como as bases metodológicas de intervenção e implementação de medidas em áreas urbanas carentes e que logo após a fase experimental era de todo necessário passar-se à sua generalização (“mainstreaming”) ou seja fazer a devida integração aos programas e ou políticas urbanas já existentes a nível dos Estados Membros.

¹ JESSICA - Apoio Europeu Conjunto ao Investimento Sustentável em Áreas Urbanas, é uma iniciativa da Comissão Europeia desenvolvida em cooperação com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB). Apóia o desenvolvimento urbano sustentável e a regeneração através de mecanismos de engenharia financeira.

2.2.1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E A EXPERIÊNCIA DAS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS URBAN (A PROBLEMÁTICA DOS BAIRROS DESFAVORECIDOS)

Relativamente ao esmiuçar do conceito abrangente sobre Desenvolvimento urbano sustentável integrado, importa antes fazer um breve enquadramento do termo Desenvolvimento sustentável no tocante a histórico.

A questão do Desenvolvimento sustentável tem sido tónica de abordagem há mais de quatro décadas. Um dos primeiros registos que se têm, quiçá terá dado origem do termo, consta da conferência de Estocolmo sobre ambiente humano, realizada no ano de 1972. O termo terá ganhado visibilidade a partir do documento saído da primeira conferência das NAÇÕES UNIDAS, com o tema “o nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (1992) no ano de 1988. A mesma ficou conhecida como o Relatório Brundtland² e a partir dessa data o termo começa a ganhar notoriedade e passa mesmo a ter um cunho forte na política ambiental e em discussão globalizada Conde, (2007; Conde, (2013). Não obstante, existirem algumas referências anteriores, a citar o exemplo do Clube de Roma⁴, que fez uma abordagem sobre o modelo de sistema ambiental numa escala global, mas em todo o caso não retirou a dimensão consagrada ao relatório de Brundtland, até porque foi a partir desta conferência que se produziu o instrumento da AGENDA 21².

Um dos grandes incentivadores e impulsionadores da governança multinível no que diz respeito à política urbana é sem sombra de dúvidas a União Europeia (UE), pondo em evidência a sua política de coesão direcionada ao desenvolvimento urbano e regional Carpenter et. al... (2020, p. 228); Van Den Brande, (2014). Não obstante existir um forte apoio e encorajamento por parte da UE no que diz respeito ao desenvolvimento urbano sustentável integrado, não existe uma definição clara para abarcar este complexo processo de princípios chaves como citado na Agenda Urbana de Amsterdam, Kotzebue (2016). Ainda assim, os planeadores e os atores de

² Relatório Brundtland é o documento intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, publicado em 1987. Coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento originou um documento no qual houve a disseminação da ideia de desenvolvimento sustentável, conceito o qual vinha sendo concebido desde a década de 1970.

implementação dessa política tem a nobre missão de transpor essa barreira conceitual para colocarem na prática em forma de projetos todos os princípios criados em fórum políticos.

A UE apresentou um estudo comparativo sob o ponto de vista de visão e entendimento dos fazedores políticos em três programas políticos diferentes, mas que até certo ponto serviram de guia para os planejadores e atores de implementação de políticas, sendo que existe alguma semelhança sob o ponto de vista de idéias. Destacam-se:

- Segundo o artigo 7º do Regulamento (UE) nº 1301/2013 - às estratégias urbanas integradas requer uma abordagem de ações interligadas sendo possível ver os efeitos de melhoria a longo prazo, quer do ponto de vista económico, ambiental climático social e demográfico de uma cidade EU (2015, p7)
- Segundo uma abordagem anterior ao artigo 7º do regulamento supracitado, afirma que o sucesso de acordo com Estratégia Temática sobre o Ambiente Urbano das autoridades locais está intrinsecamente relacionada a abordagens integradas e um sistema de gestão ambiente urbano com base em planos de ação bem montados a longo prazo com uma estratégia bem clara e a busca permanente de inclusão de políticas a níveis diversificados. EU (2006, p. 2)
- Consta na Carta de Leipzig sobre cidades europeias sustentáveis, afirmação dos ministros responsáveis da área, segundo os quais consideram que uma política integrada de desenvolvimento urbano, toma o significado de jogos de interesses simultâneo e justo de uma série de preocupações que se mostrem relevantes no tocante desenvolvimento urbano integrado, ou seja, não há um fator denominador que coordena a política, mas sim um conjunto de aspetos quer espaciais, setoriais e temporais que devem ser tratados conjuntamente. *O envolvimento dos agentes económicos, das partes interessadas e do público em geral é essencial. A reconciliação de interesses facilitada por uma política de desenvolvimento constitui uma base viável para um consenso entre o Estado, as regiões, as cidades, os cidadãos e agentes económicos.* Kotzebue (2016)

Em função dos três exemplos apresentados, denota-se uma combinação de idéias com múltiplas funções o que torna cada vez mais complexa o conceito de desenvolvimento urbano sustentável. Senão vejamos, segundo os documentos da UE, há uma coincidência nas abordagens sob o ponto de vista político, sendo que nos três casos a política é considerada como sendo um

instrumento orientador e ao mesmo tempo despoleta a função de interligar e fazer a gestão dos inúmeros sectores e interesses políticos inerentes ao fórum urbano. Não menos verdade são ainda as outras funções assumidas pelo instrumento sobre o ponto de vista de integrar e criar formas coerentes de coordenar as atividades quer dos governos, quer seja dos atores não governamentais de todos os níveis administrativos e geográficos. Não obstante a isso assume também o papel de criar redes de gestão.

Segundo Kotzebue (2016), em conformidade com a visão dos ministros nos exemplos apresentados acima, afirma que no caso de políticas de desenvolvimento urbano, há que se prestar particular atenção nas medidas de renovação urbana física de forma integrada. Consequentemente, os governos e autoridades que pretendam beneficiar-se dos apoios financeiros da UE, devem buscar orientar os objetivos relativos ao desenvolvimento urbano com a base no desenvolvimento urbano sustentável integrado da UE.

A abordagem do desenvolvimento urbano sustentável integrado vem sendo promovida desde os anos 1990 mediante os programas específicos e direcionados desenvolvidos pela UE. Para tal foi desenvolvido o chamado modelo europeu de desenvolvimento urbano que está incorporado uma série de princípios chave que ditam o sucesso dos programas com esse propósito CE, (2011:5), segundo os quais devem estar inseridos uma visão de abordagem holística e integrada ou seja analisar os problemas como um todo e não de maneira separada, criar estratégias consoante o local, envolvendo vários níveis de estruturas de governança multinível por forma a alargar o âmbito de participação quer dos agentes da sociedade que pensam local como uma visão global quer por parte de todos os que se mostrem interessados em fazer parte da estratégia geral de desenvolvimento urbano integrado. Essa abordagem criou as balizas do ponto de vista conceitual e de implementação política, sendo que cada estado, tem a sua realidade, suas histórias, seus sistemas estruturais de governança bem como a sua cultura política, podendo influenciar de forma distinta as suas abordagens de política urbana. De acordo com Chorianopoulos e Iosifides, nestes casos são inseridos num quadro geral de neoliberalismo com a forma dominante de organização política económica.

O artigo 7º Fundo Europeu de Desenvolvimento Urbano Regional (FEDER), assume-se como o principal mecanismo de influência e de condicionalismo estabelecido através da Iniciativa Comunitária URBAN. Com a implementação do fundo Estrutural os estados-membros apresentam-se como potenciais candidatos, mediante programas e projetos cuja visão acentua-se no URBAN. Neste sentido, com base nos vários programas e projetos das IC (Iniciativas Comunitárias) surgiu o “acervo urbano” que não é mais do que um conjunto de experiências

acumuladas ao longo dos períodos de vigência desses programas, elaboradas e compiladas de forma metódica com intuito de expressar as chamadas boas práticas ou referências desses programas. De acordo com De Gregorio Hurtado (2017), as Iniciativas Comunitárias Urbanas, não são somente os fomentadores do acervo urbano "Urban Acquis" como também tiveram um contributo sem igual no âmbito da integração dos processos urbanos e nos programas da política de coesão. Em seu raciocínio enfatiza o facto de que o programa esteve direcionado em vários tópicos: i) o financiamento em áreas específicas; ii) a questão da responsabilidade partilhada com o foco no envolvimento dos atores locais; iii) a contribuição positiva que teve para a visão da Agenda Urbana Europeia; iv) o reforço da coordenação "horizontal" das medidas de regeneração urbana.

Na perspetiva de Atkinson e Rossignolo (2009) declaram a ideia de que a CE tem dado passos largos naquilo que podemos futuramente chamar de uma política explícita que assumirá consenso a nível da UE. *O termo acervo urbano é cada vez mais utilizado para sugerir a construção de uma metodologia comum europeia de intervenção, um corpo de conhecimentos e exemplos de ação que podem ser vistos em termos largamente semelhantes ao acervo comunitário*”

Segunda a literatura sustenta o facto de que o acervo urbano europeu começa a despontar segundo uma metodologia com intuito de incentivar com brevidade os registos das experiências ao longo do desenvolvimento urbano, que atingiu algum consenso mediante evidências das lições apreendidas e apoiadas pelos Estados Membros. Também se apresenta com fortes relações aos princípios de políticas vinculadas na Carta de Leipzig sobre Cidades e Vilas em conformidade com a sustentabilidade a nível europeu.

O "acervo urbano" é baseado nos seguintes pilares:

- *A abordagem integrada e trans setorial das Iniciativas Comunitárias Urbanas.*
- *Os novos instrumentos para a governação, administração e gestão urbana, (incluindo responsabilidades locais acrescidas e parcerias horizontais reforçadas, cuja eficácia tem sido parcerias horizontais, que têm sido testadas com sucesso nas Iniciativas Comunitárias Urbanas)*
- *Uma seleção de cidades e áreas elegíveis, e a concentração do financiamento.*

- Trabalho em rede, benchmarking e intercâmbio de conhecimentos e experiências, com base nos resultados experiência, aproveitando a experiência positiva e os resultados do programa *URBACT I*.

O triângulo presidencial da Comissão da UE liderado pelos países Espanha-Bélgica e Hungria no ano de 2010-2011, aquando de uma reunião sobre a Carta de Leipzig 2007, apresentou resultados bem evidentes sobre a temática urbana direcionada as AIDUS como se pode verificar : *"novos instrumentos para políticas urbanas integradas e sustentáveis precisam ser desenvolvidos [...] a criação de uma metodologia comum a fim de buscar uma política urbana integrada e sustentável deve ser abordada em todos os níveis de governança [...] uma abordagem integrada tornou-se um leitmotiv das políticas de desenvolvimento urbano na maioria dos países europeus [...] Esta abordagem multinível da política de desenvolvimento urbano integrado está intimamente ligada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"*(2010: 3-5).

De uma forma geral as experiências adquiridas ao longo dos processos que constituem o chamado acervo urbano para UE, demonstram-se como os principais influenciadores do surgimento das AIDUS. É sobejamente entendido o papel preponderante que cada uma das iniciativas tiveram em cada estado membro, claro que a partir do ano de 2007 a Carta de Leipzig revolucionou não só as abordagens como também despertou as intenções aos assuntos urbanos numa contexto multinível e integrado, focados na criação de um modelo ou método capaz de impactar os estados - membros num quadro de referências europeias para as cidades sustentáveis, criando instrumentos essenciais com intuito de troca de experiências e aprendizados sobre um sistema em redes inter e intra cidades.

2.2.2. AGENDA URBANA EUROPEIA (E AS AIDUS)

A CE a partir do início dos anos 90 fez uma comunicação que na prática deu o passo de partida para a construção de uma Agenda Urbana europeia - Rumo para uma Agenda Urbana na UE (1997). Portanto, desde esta data até a questão da Agenda Urbana ainda é motivo de debate. A título exemplificativo, aquando da presidência holandesa no conselho da UE, foi publicado um documento cujo teor inicial manteve-se inalterado relativamente a gênese da lançada no princípio da década de 90, mas que em termos de conteúdos houve um acréscimo direcionado em abordagens numa perspectiva de unificação dos trabalhos para um futuro melhor das cidades

européias. Em torno dessas abordagens e perspectivas importa referenciar que o processo de política urbana da UE, apresenta em três naturezas de acordo ao raciocínio de Medina e Fedeli:

i) implícito e contestado, ii) Informal e participativo e iii) Metodológico e generativo.

- i) Implícito e contestado - em conformidade aos estudos apresentados por Parkinson, (2005); Atkinson e Rossignolo, (2009), o conceito de uma política urbana da Europa está endossado a uma natureza implícita, pois esta visão justifica-se por estar fortemente relacionada ao fato de a UE não estar provida de competências formal para o domínio do desenvolvimento urbano e do ordenamento do território, aliás pesa ainda o facto de a CE já ter manifestado interesse em alterar esse quadro de competências, mas que a idéia foi vetada pelos estados membros, acabando por não poder exercer qualquer competências neste âmbito . (Parkinson, 2005:13).
- ii) Informal e participativo – a informalidade neste campo está interligada as reuniões intergovernamentais de forma informal mantida com os Ministros do CE, bem como a participação de vários atores locais que atuam no espaço urbano e stakeholders – dentre os quais destacam-se o parlamento europeu, o Comité das Regiões o Banco Europeu de Investimento (BEI) bem como os grupos que nutrem interesses , redes e organizações vocacionadas ao estudo urbano – Eurocities, ICLEI, etc ainda em evidência organizações de prestam suporte em redes técnico – URBACT, EUKN, ESPON, etc. De uma forma genérica cada uma dessas organizações não vinculadas aos governos produzem e divulgam o conhecimento urbano, promovem a partilha de boas práticas urbanas. Além do apoio emprestam aos programas de intercâmbio entre cidades e instituições o que mais se pode destacar na questão do informal assenta-se no fato de que tornam os Estados Membros independentes na possibilidade de obtenção de soluções financeiros, conhecimento bem como o devido apoio técnico.
- iii) Metodológico e generativo - A estrutura orgânica que mais teve influência deste ponto foi sem sombra de dúvidas o Fundos Estruturais, em especial o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional mediante as condicionalidades introduzidas para apoiar as Iniciativas Comunitária Urban e o artigo 7º do FEDER. A luz dessa abordagem contributos baseados nas Iniciativas e programas com um cunho urbano, têm sido fontes incentivadoras para uma

política identitária em que os membros se revissem nela mediante a partilha a nível europeu como também redes espalhadas entre os Estados Membros, fomentando a participação dos atores locais bem como dotar as regiões de ferramentas de gestão urbana capaz de fornecer dados urbanos confiáveis, comparáveis e avaliáveis. O acervo urbano entendido como sendo um leque de práticas e medidas metodológicas adquiridas ao longo do percurso dos programas URBAN. De acordo a perspectiva analítica de Atkinson et al, (2009) o acervo urbano *é cada vez mais utilizado para sugerir a construção de uma metodologia comum europeia de intervenção, um corpo de conhecimentos e exemplos de ação que podem ser vistos em termos largamente semelhantes ao acervo comunitário*” .

A estreita relação entre a Agenda Urbana e globalização tem sido fundamentada cada mais e em particular na ótica de um conjunto de elementos que inter se relacionam como chamou Le Galès, (2006) no processo de integração. Em suas abordagens o autor, não deixou margens para dúvidas sobre a necessidade de maior envolvimento das cidades no quesito de formulação de políticas da UE.

A literatura destaca a questão conceitual do termo Agenda Urbana vinculada a um leque de questões que passam por trazer algum crivo, são analisadas e debatidas com intuito de dar resposta aos desafios inerentes sendo que são abordados mediante um sistema político. Para tal, identifica-se qual é o problema político, em seguida selecionar mediante uma ação pública.

No campo urbano foi detetado o problema e, portanto, carecia de uma ação por parte de quem de direito. Neste contexto, os graves problemas pelo quais enfrentam as cidades, bem como as suas variadas oportunidades económicas. Somente no ano de 1997 é que foi formalmente comunicada pela Comissão Europeia a necessidade de uma Agenda Urbana na UE, - Rumo a uma Agenda Urbana na União Europeia. Tendo como objetivo fulcral a coordenação dos esforços entre os Estados-Membros, a fim de melhor responder aos desafios globais e dotar cada Estado-Membro como uma peça única na promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável. Este processo político teve pouco impacto na época dado que, somente a partir da Carta de Leipzig (2007) é que retomou as suas abordagens no novo processo e houve a revitalização até porque os princípios de um modelo europeu de desenvolvimento urbano tiveram apoio e consenso por parte dos Estados-Membros. Bloomfield (2011) alicerçado na idéia de uma abordagem de desenvolvimento urbano sustentável integrado. Apesar de os estados-membros terem aceite na íntegra a abordagem das AIDUS, esse facto terá influenciado

de tal forma que a partir do período de programação 2007-2013, houve uma integração da dimensão urbana nas políticas da UE. Com esta abordagem as AIDUS assumem um fator condicionante no quadro regulamentar do FEDER (Fundo europeu de Desenvolvimento Regional) referente ao artigo 7º, porquanto que o seu campo de ação ou várias dimensões da vida urbana passaram a ser o mote deste plano. Assim foi apresentado pela CE, a abordagem conceitual das AIDUS: *“As várias dimensões da vida urbana - ambiental, econômica, social e cultural - estão interligadas e o sucesso no desenvolvimento urbano só pode ser alcançado por meio de uma abordagem integrada. As medidas de renovação física urbana devem ser combinadas com medidas de promoção da educação, do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da proteção do meio ambiente. Além disso, o desenvolvimento de fortes parcerias entre os cidadãos locais, a sociedade civil, a economia local e os vários níveis de governo são pré-requisitos”*

Não menos importante é frisar a importância que teve tanto as AIDUS como o método do acervo urbano para o surgimento da Política Urbana Europeia (EUP). As AIDUS também assumem um papel preponderante na Agenda Urbana, porquanto a sua principal característica está fundamentada na abordagem de uma estratégia holística e participativa.

De acordo com a literatura de estudos europeu poucos eram os Estados-Membros que possuíam em suas políticas urbanas nacionais uma abordagem de acordo com a gênese das AIDUS. A maioria dos países europeus buscavam políticas urbanas direcionadas em diferentes âmbitos distribuídos em várias áreas, por norma implantados por atores e instituições sem a devida sincronia e colaboração entre os diferentes sectores, pois que, havia necessidade de criar ferramentas a fim de mudar esse panorama. A necessidade de se criar uma Agenda Urbana nacional, acaba por ganhar notoriedade em função destes pressupostos Medina e Fedeli (2015). A partir desta fase os Estados-Membros assumiram um compromisso formal para a abordagem da Agenda Urbana nacional, mediante ao modelo de desenvolvimento urbano Europeu. Na perspectiva deste modelo, e em função das inúmeras mudanças que vinham acontecer, vem à tona a questão da europeização urbana (Hamedinger e Wolffhardt, (2010).

Segundo o trajeto das políticas urbanas na Europa, é apresentado na Fig. 2.2.2. 1 o processo de vários encontros intergovernamentais na esfera das reuniões informais realizadas em vários países membros com a presença de ministros que assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento urbano em seus países.

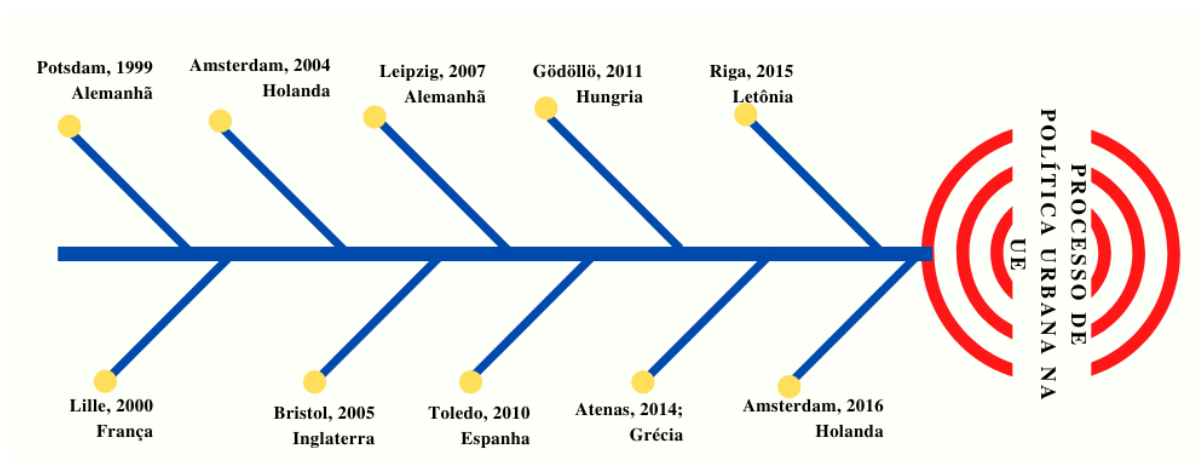


Fig. 2.2.2. 1- Processo evolutivo de políticas urbanas na UE, criação do Autor

Cumprе sublinhar que o ano de 2012 teve destaque singular, consta que nesta época foram apresentadas algumas mudanças no quadro de políticas de coesão, uma vez que a questão do desenvolvimento urbano integrado entre as comunidades de políticas de desenvolvimento territorial e sustentável assume maior preponderância. Este feito deve-se ao facto da mudança da direção da ex- DG Regio em Direção Geral da Política Regional e Urbana, que assume a integração do desenvolvimento urbano como um objetivo a ser alcançado dentro do quadro da política de coesão territorial, conforme estabelecido na Declaração de Toledo (2010). Ainda dentro do panorama da coesão territorial, no tratado de Lisboa foi preconizada a necessidade de fomentar a competência partilhada entre a UE e os Estados-Membros.

2.2.3. EUROPEIZAÇÃO E MUDANÇA DOMÉSTICA

Este subtema tem como foco a abordagem crítica sobre a existência de um entendimento consensual ou não nas políticas urbanas nos Estados-Membros da UE. Pretende-se também perceber qual tem sido de facto o papel da UE em prol do desenvolvimento durante os últimos anos no sentido de melhor responder e aclarar esta temática no campo de políticas urbanas. Aborda também sobre as discussões conceituais do termo “europeização”, segundo a literatura, sua implementação, seu impacto no desenvolvimento de políticas urbanas realizadas nos Estado Membro, bem como procurar entender o debate para a Agenda Urbana na UE, na perspetiva de ser ou não o novo modelo capaz de enfrentar os principais desafios urbanos relativos ao desenvolvimento urbano sustentável integrado

Muito se tem discutido sobre a questão da fragilidade da UE, quando o assunto é concernente a políticas urbanas e territoriais na medida em que muitos Estados-Membros não apóiam na íntegra a centralização de tomadas de decisões a nível supranacional. Encontra-se expressa na literatura de estudos urbanos, sobre algumas discussões e metodologias adotadas e desenvolvidas pela UE sob fortes influências as origens e tradições dos Estados-Membros, que em alguns casos reduziram em abordagens melhoradas nas políticas locais.

A literatura cita um caso interessante que levou à tona a discussão sobre a hibridização das abordagens nacionais e da UE, segundo as quais levantaram efeitos totalmente novos por um lado e inesperados por outro lado. Neste diapasão surge alguns críticos - Radaelli, 2004 - para Ele, existe uma certa dificuldade em localizar em mapas alguma convergência agrupada em vários Estados-Membros, ou seja, para formulação de políticas urbanas na UE é fundamental que haja alguma troca de conhecimentos, idéias, interação - com as tradições nacionais nos diferentes contextos.

A fim de melhor encaixar o campo da política urbana e perceber se a mesma poderia ser mais permeável do que outras políticas, tem sido utilizado cada vez o conceito de Europeização. Neste contexto, vários são os pressupostos teóricos que nos ajudam a entender os conceitos divulgados, sendo que se tem denotado um esforço por parte da esfera científica, no sentido de elucidar o conceito. Segundo registos, constam que uma das primeiras abordagens relativas ao termo "europeização" foi formulada por Ladrech (1994), que fundamenta o conceito a partir da redefinição não só das normas, mas também dos comportamentos e interesses dos atores.

Alguma literatura aborda o conceito de europeização vinculado a uma série de fatores que constituem um processo longo e dinâmico, sendo que o leque de práticas e idéias realizadas por vários Estados-Membros da UE, são transferidas para uma escala local e criam, ou servem de bases para os decisores e formuladores de políticas tanto a nível local como a supranacional. Também fazem menção sobre a cooperação transnacional³ ou redes - conhecida como a europeização horizontal ou circular.

³ A cooperação transnacional teve o seu início focado em incentivar encorajar "formas de pensar sobre as perspectivas espaciais que não sejam limitadas por fronteiras nacionais" (CEC, 1994, p.169). Por definição, a cooperação transnacional convida, portanto, os atores envolvidos em tais programas e projetos de cooperação a considerar uma dimensão estratégica e geográfica mais ampla para suas políticas e ações.

Cowles et al. (2001), fundamentam o conceito com base nas diferentes instituições que acabam por interferir nas mudanças das regras informais em diferentes escalas espaciais. Justificam que a europeização terá surgido em função do desenvolvimento das distintas estruturas de governança, na medida em que cabe às mesmas estruturas darem respostas aos problemas políticos de forma interativa e participativa (com apoio dos atores e as redes de políticas) com intuito de se estabelecer regras formais nas cidades europeias. Risse et al. (2001, p3)

De acordo o raciocínio de Olsen (2002), o percurso tomado pelo conceito deveria numa primeira instância ser entendida a definição teórica do termo, para posteriormente desenvolver-se aquele que seria o modelo capaz de aclarar as dinâmicas das mudanças nas cidades.

Em outros artigos que apresenta sublinhado o conceito de europeização segundo Radaelli, o termo está inserido em mudanças que afetam tanto os atores como também as instituições em diferentes escalas. Eles também destacam a questão de *novas redes transnacionais de políticas entre os estados e as autoridades subnacionais e sobre novas oportunidades estratégicas emergentes para os atores domésticos contornar os estreitos limites das estruturas intra-estaduais*, Hamedinger e Wolffhardt (2010).

Outros autores argumentam que a europeização é nada mais do que um veículo estrutural e conceitual capaz de conduzir ao entendimento das mutações na esfera política da atualidade.

Porém existe um conceito que foi amplamente difundido que é a europeização de Download - Segundo Radaelli, Fedeli et al. (2020), a europeização influenciou os estudiosos a reconhecer e estudar o processo em três abordagens distintas: i) construção, ii) difusão e iii) institucionalização *de regras formais e informais, procedimentos, paradigmas políticos, estilos, formas de fazer as coisas e crenças e normas partilhadas que são primeiro definidas e consolidadas na elaboração de políticas públicas da UE e depois incorporadas na lógica do discurso doméstico, identidades, estruturas políticas e públicas.*

Ainda existem outras correntes de pensamentos e conceitos sobre a europeização - esses consideram que a mesma não trata apenas de Download, mas também de Upload, ou seja, é um processo de dupla direção.

Alguns sociólogos e antropólogos, analisam a europeização como uma gama de processos que estão intrinsecamente relacionados, portanto, os mesmos perspetivam essa inter-relação muito mais abrangente para além da esfera da UE, em seus raciocínios fundamentam a necessidade de

aumentar o campo de ação nas abordagens de mudança não só no nível da sociedade, mas também procurar respostas aos processos contemporâneos de globalização

Segundo o relatório de Habitat III sobre a política urbana nacional (PUN), é apresentada de forma sucinta a explicação sobre a importância e a abrangência conceitual de uma PUN. Consta que se trata de uma série de elementos processos que geram resultados que por sua vez criam situações favoráveis que dão respostas às dinâmicas concernentes a qualquer cidade, proporcionando desta forma um alavancar da qualidade de vida desse espaço/cidade mediante a urbanização. Paralelamente a isso, o fator urbano além de ser um elemento de extrema relevância no que se refere a abertura de novas oportunidades, também pode gerar algum conflito no aspecto de resolução de problemas e desafios próprios de uma urbanização. Portanto, cabe aos governos e todas as partes interessadas neste propósito, criarem condições do ponto de vista estrutural no sentido de poder responder convenientemente a esse quesito de desenvolvimento urbano.

Quando se estrutura ou baliza-se uma PUN, a que levar em consideração as políticas já existentes localmente, sob pena de replicar, ou seja a PUN funciona em sincronia com a política local. Portanto o PUN surge para melhorar as políticas já existentes, ajuda a alinhar as atividades nacionais com base nas prioridades globais. Criar balizas que regulam as intervenções, formulações, implantações e conceção da política urbana também faz parte do âmbito de atuação do PUN.

Os resultados baseiam-se em uma estratégia clara e coordenação eficaz entre as políticas que afetam as preocupações territoriais nacionais em todo o continuum urbano-rural, nas escalas metropolitana, regional e supranacional. (Conferência Habitat III, das Nações Unidas 2016)

Do ponto de vista histórico o continente europeu ficou particularmente marcado pois foi o palco das duas guerras mundiais. No período pós-guerra, poucos estados-membros têm cingido suas abordagens em formular e aplicar nas cidades políticas diretas e com nível de clarividência. Por outro lado, desde a fundação da UE, que tem vindo a crescer o número de cidades que optam nos processos de descentralização de poder em função dos mais variados ganhos e oportunidades que advêm em função dessa adesão.

Consta no rescaldo da Conferência Habitat III das Nações Unidas realizada em Quito, Equador (UN-Habitat e OCDE 2018, (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)) que apesar da relevância no papel central que os governos subnacionais têm feito para

elaboração de políticas urbanas, bem como a sua implementação, defendem a necessidade de se reforçar o papel que têm vindo a desempenhar os governos nacionais. Neste relatório foi levantado o conceito de políticas urbanas nacionais como sendo um leque de decisões tomadas a fim de dotar os vários atores intervenientes neste processo de uma visão capaz de levá-los a agir, pensar e implementar as ações para o bem comum, promovendo o desenvolvimento urbano mais inclusivo, mais produtivo, transformador com a capacidade de se adaptar por longos períodos. As políticas urbanas nacionais são fundamentais de tal forma que uma vez implementadas dão melhor respostas aos desafios ocorrentes neste mundo contemporâneo. Também foi possível notar no relatório o quão chave tem sido os estados no xadrez das políticas urbanas, senão vejamos, que se os Estados não colocarem em suas agendas políticas a questão das políticas urbanas e definirem como prioridades, muito dificilmente serão atingidos os estágios de desenvolvimento sustentável equilibrado.

Uma outra visão que em certa medida contrapõe essa idéia preponderante de que assumem os estados nação, surge a abordagem de d'Albergo (2010), - em seu estudo acrescenta que não obstante os estados nação terem tamanha relevância na resolução de problemas urbanos e que por esse facto existe um vasto campo para os formuladores de políticas urbanas nacionais, ainda assim não se deveria dar com garantia, ou seja, há que ponderar certas estratégias e políticas nacionais. Talvez tenha sido essa a leitura feita por Tofarides (2003) quando se refere que a UE, executa as suas políticas de competitividade e coesão social das cidades, capacitando aos potenciais fazedores e atores locais com uma série de instruções e conhecimentos que possam servir de um guia para as ações futuras. Sendo que as mesmas ações não se limitam a uma escala local, a UE serve praticamente como o veículo segundo o qual as estratégias das cidades são alinhavadas rumo a uma arena internacional. d'Albergo e Lefèvre (2007).

A OCDE e outras redes de cidades disponibilizam aos fazedores de políticas uma escala local, alguns recursos cognitivos e pressões normativas mais ou menos explícitas d'Albergo (2010)

De acordo com Fedeli et al, cerca de 50% num total de 38 países pertencentes à OCDE optaram por uma política urbana explícita. Esta percentagem é ainda menor se olharmos para o número de países da UE que optaram por políticas do gênero. A política urbana nacional explícita, está relacionada a forma de abordagem que cada estado estabelece para poder dar resposta a tipologia de política urbana, ou seja, insere-se por exemplo numa abordagem com clarividência, criando polos, instituições e agências específicas que têm a missão de conceber e implementar centros urbanos para políticas nacionais. (Fedeli, et al 2010).

3.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Qualquer plano que se preze e que se quer eficaz no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas, passa sempre pela criação de uma estratégia de intervenção holística e integrada, com o intuito de se obter resultados com alguma relevância e abrir portas a um leque de oportunidades de parcerias a vários níveis e em vários sectores. No ramo de políticas urbanas este pensamento lógico deve também ser seguido, uma vez que tem um impacto direto em todas as dimensões do desenvolvimento territorial.

Medeiros e van der Zwet (2019), destacam alguns fatores que concorrem para o insucesso do desenvolvimento da formulação de políticas de integração : (i) as agendas de outras políticas que podem impedir a integração; (ii) os desafios e ganhos a serem atingidos necessitam de uma estrutura a longo prazo; (iii) a inexistência ou insuficiência na coordenação das várias camadas de governança, (iv) definição da escala territorial para que essa integração possa o correr de forma funcional; (v) para que a abordagem integrada tenha um impacto bem definido é necessário criar-se processos de monitoramento e avaliações e redefini-las ao ponto de serem mais abrangentes e não ficarem somente sob espectro das avaliações por políticas setoriais.

A abordagem das AIDUS, além de não ser nova sob o ponto de vista de implementação, foi também muito importante principalmente no contexto das áreas urbanas da UE uma vez que enfrentavam uma série de desafios, desde o débil crescimento económico, aumento de intolerância social e riscos ambientais. A condição “sine qua non” para o sucesso das medidas políticas urbanas bem como sua eficácia, está relacionada a uma abordagem integrada, sendo que os vários desenvolvimentos urbanos e dimensões estão entrelaçados em uma perspectiva de complementaridade, Medeiros e van der Zwet (2019). Outra visão que também fortalece este ponto de vista foi expressa em ESPON (2014 , p. 4), segundo o relatório consta que as principais oportunidades e desafios sociais, económicos e ambientais que enfrentavam as cidades europeias em plena era de globalização não podem limitar-se segundo balizas

administrativas, ou seja carecia de maior abrangência territorial em áreas urbanas funcionais onde ocorre de facto o desenvolvimento urbano.

O quadro regulatório da política de coesão da UE no período compreendido 2014 – 2020 apresenta os principais benefícios das AIDUS. Permitiu incentivos inovadores através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), focados em reforçar a resiliência e capacitar as cidades europeias. Tem um carácter particular, sendo que podem ser implementados dentro dos programas operacionais (PO) ou por meio de investimentos territoriais integrados van der Zwet & Bachtler, (2018 p. 3).

De acordo a literatura fazer uma avaliação aos ganhos das AIDUS é uma tarefa complexa pois envolve uma visão voltada ao local, ou seja, não há um critério unificador para medir as intervenções nas diferentes regiões ou áreas, mas algo que é comum e que pode ajudar a avaliação dessas conquistas passa necessariamente por uma estrutura de governança territorial robusta capaz de mobilizar o envolvimento dos atores ativos da região por forma a criarem sinergias. Ferry, Kah e Bachtler (2018).

Em termos de complexidade destaca-se também a dificuldade que o mesmo apresenta quando a capacidade de implementar metodologias de avaliação das políticas urbanas integradas Pois todo este processo além de experimental e bastante dinâmico, passa por várias fases interativas onde os objetivos não são o mote, mas fazem parte dos resultados que se espera alcançar Breda-Vázquez et al., (2010). Por outro lado, é importante realçar a limitação dos indicadores estatísticos urbanos, que normalmente estão condicionados a dados económicos e demográficos. Em ESPON (2018) destaca-se a maneira de avaliar o programa, mediante uma análise dimensional ao impacto dos investimentos territoriais das políticas setoriais, sendo que a mesma análise pode levar a cometer erros pois que, não espelha os reais investimentos feitos no território.

O nível de investimento levanta também certa complexidade no território, dentre eles destacam-se três fatores preponderantes: i) O conteúdo; ii) a escala) e iii) o mecanismo de implementação. Quando se pretende medir os efeitos dos investimentos desenvolvidos nos programas é de extrema importância uma adaptação ou contextualização dos indicadores em função do local, ou seja, os mesmos podem variar não devem ser permanentes, pois só assim será possível evitar erros ou omissões nos impactos dos investimentos.

3.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO – CÍRCULO DIMENSIONAL E MÉTODO ESTRELA

Em termos metodológicos o estudo ora apresentado sugere uma abordagem feita por Medeiros e van der Zwet (2019) propõem uma metodologia de avaliação das AIDUS, apresentado num quadro dividido por cinco dimensões sintéticas a saber conforme Fig. 3.2. 1 (Sustentabilidade ambiental urbana); *Urban environmental sustainability*; (Coesão Social Urbana); *Urban Social Cohesion*; (Economia verde urbana) *Urban green economy*; (Governança territorial urbana) *Urban territorial governance* e (Planeamento espacial urbano) *Urban Spatial planning*).

De realçar que o quadro das principais dimensões do desenvolvimento urbano territorial (competitividade económica; inclusão social, sustentabilidade ambiental, planeamento territorial e governança territorial) foi um dos fatores influenciadores na escolha das abordagens das cinco dimensões analíticas de avaliação. O outro item não menos importante foi a avaliação Ex Post da Iniciativa Comunitária Urban em que os mesmos deram ênfase a uma análise voltada ao local, ou seja, realçar os ganhos da Iniciativa na comunidade, na eficiência e no impacto quer dos sistemas de gestão por um lado quer na implementação por outro. Também foi tido em conta questões de avaliação de forma qualitativa da política implementada, indicadores económicos, ambientais, governança e sociais.

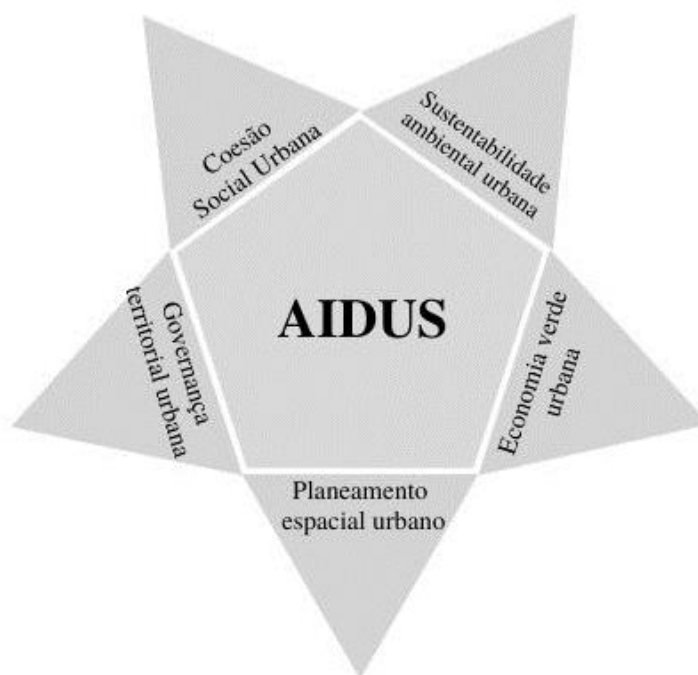


Fig. 3.2. 1 Proposta de avaliação das AIDUS, adaptação do círculo dimensional e o modelo estrela

De acordo com a pesquisa e por forma a melhor aclarar e sintetizar as cinco dimensões proponho um enquadramento em três vértices principais redistribuídos da seguinte forma:

- 1) Vértice Económico (Economia verde urbana)
- 2) Vértice Social (Coesão Social Urbana)
- 3) Vértice Físico. (Sustentabilidade ambiental urbana, Planeamento espacial urbano, Governança territorial urbana)

Esta estrutura tem particular importância nas avaliações de políticas sendo que se trata de uma ferramenta que presta auxílio na regularização do processo. A mesma avaliação justifica-se para abordagens do gênero uma vez que nos remete a algo mensurável ou seja quantitativo por um lado e por outro lado a mesma metodologia dá continuidade a um leque de estudos e experiências passadas registadas na literatura, não obstante o grau de complexidade para avaliar políticas urbanas integradas vez que os dados obtidos de avaliação de impactos nos territórios integrados além da sua complexidade como já referenciado podem não ser tão precisos ou quantificados quanto a uma constatação no local, mediante conversa ou inquéritos com partes envolvidas no processo de implementação e execução do programa.

A metodologia de avaliação apresentada por Medeiros e van der Zwet (2019) cinge-se sobre o Relatório de Avaliação Ex Post das AIDUS - mediante análise documental, análise de discussões com os principais gestores dos programas assim como o devido contacto com os dados estatísticos e o evoluir do programa durante e depois da sua execução como constatado no relatório. Como é sabido a Avaliação Ex – Post ou final como também é conhecida tem grande influências na tomada de decisões (que pode ser qualitativa quando pretende dar continuidade em função dos bons resultados ou ainda quantitativa quando por algum motivo achar-se uma mais valia introdução de melhorias no programa) no evoluir do projeto pois que estão elencados aos resultados atingidos.

Este método propõe análise de forma distinta em cada um dos seis vetores conforme descrição dos autores e sugerem o enquadramento do programa em três categorias diferentes para a sua avaliação: Integração fraca, parcialmente integrado e totalmente integrado.

Desta feita é apresentado a seguir os itens que dão suporte a essa avaliação e que definem o sucesso da sua integração:

i) Será considerada AIDUS totalmente estratégico se porventura o programa conter todas as dimensões acima apresentadas, assim como a maioria dos componentes inseridos em cada dimensão.

ii) A condição de sucesso passa necessariamente pela produção dos resultados e impactos planeados, devem passar por um processo de sistemas de monitoramento que produz a captação das informações os avalia a fim de se perceber quais os níveis alcançados dos objetivos planeados. Esse monitoramento e avaliação passa também por acompanhamento feito no local de intervenção como um todo, analisando todos os itens do processo de forma interligada, e em função disso os dados obtidos apresentam-se mais próximos do real e torna o processo mais funcional. Dizer que um dos indicadores avaliados no processo de captura destes impactos, embora complexos, estão relacionados com o bem-estar social, as oportunidades económicas e a qualidade do meio ambiente considerados indicadores “duros”. Segundo alguma literatura apontam os mesmos indicadores de avaliação, mas propõe que se deveria adicionar indicadores mais macios que possam acrescentar valor agregado nas abordagens territoriais em termos de governança e parceria.

iii) Tornar as AIDUS mergulhadas nas estratégias de desenvolvimento no âmbito Regional/Local e manter uma visão a longo prazo, ou seja, o plano estratégico não termina assim que concluir o ciclo pré-estabelecido do programa, mas que deve manter-se funcional.

iv) As estratégias devem dar primazia ao local e ser guiada a partir de uma perspectiva de baixo para cima, ou seja, procurando envolver os atores locais e partes interessadas no programa.

O estudo apresentado omitia ou não deixa elucidativo as percentagens aproximadas da execução das dimensões, então sugiro uma adaptação do círculo dimensional analisado pelos autores Medeiros e van der Zwet e a adaptação do método estrela de Varna & Tiesdell (2010) usado para medir de forma comparativa o espaço público. Só que desta feita a imagem é reconfigurada em um pentágono estrelar com os cinco vértices e as respetivas dimensões de avaliação com intuito de se poder quantificar as suas execuções quer físicas econômicas e sociais. Conforme veremos na implementação da metodologia de avaliação no estudo de caso.

Dimensões	Vetores	Integração fraca	Parcialmente integrado	Totalmente integrado
Sustentabilidade ambiental urbana	- Proteção ambiental		AIDUS	
	- Espaços verdes e públicos			
		←	Cobre as cinco dimensões?	→
Coesão social urbana	- Instrumentos de planeamento espacial	⊗		☑
	- Mobilidade sustentável	←	Produz impacto significativo?	→
	- Resiliência urbana	⊗		☑
Economia verde urbana	- Regeneração económica	←	Tem uma perspetiva de longo prazo?	→
	- Regeneração infra estrutural	⊗		☑
	- Economia circular	←	Tem uma abordagem baseada no local?	→
Governança territorial urbana	- Governação multinível	⊗		☑
	- Capacidade institucional e inovação	←	Envolve as partes locais interessadas?	→
	- Informação e participação dos cidadãos	⊗		☑
Planeamento espacial urbano	- Regeneração e integração social	←	É devidamente monitorado e avaliado?	→
	- Habitação adequada, segura e económica	⊗		☑

Tabela 3.2. 1- Estrutura de indicadores de avaliação, Fonte: Medeiros e van der Zwet (2019).

Do ponto de vista metodológico este desafio propõe um enquadramento analítico simultâneo de revisão da literatura para casos do gênero e uma abordagem em termos de avaliação das Iniciativas nas zonas de estudo mediante uma “adaptação” as bases do círculo dimensional (transformado em uma figura pentagonal) em que cada vértice simboliza as cinco dimensões analíticas apresentadas por Medeiros e van der Zwet (2019) e o modelo estrela proposto por Varna & Tiesdell (2010). Mediante as duas ferramentas de avaliação, pois embora no caso do modelo estrela na sua gênese não foca em abordagem do ponto de vista de políticas urbanas, ainda assim configura uma visão direcionada ao espaço e ao ser humano como tal, assim, constará como um método de pesquisa para poder de certa maneira elucidar até que ponto as duas zonas afetadas pelo programa tiveram ou não integrados mediante as cinco dimensões bem como os seus respectivos vetores que desmistificam o enquadramento de cada dimensão em análise.

O estudo de caso Porto-Gondomar, focando nos aspetos que influenciaram a Iniciativa Comunitária Urban II, para as regiões em causa uma vez estas áreas tiveram experiências semelhantes no passado. Para tal será apresentado não só as intervenções à luz da iniciativa, como também será colocado as devidas comparações.

URBAN II ESTUDO DE CASO: PORTO-GONDOMAR

4.1. ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

4.1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este capítulo apresenta as bases sobre o estudo de caso português concernente à política urbana bem como os seus principais desafios, na vertente económica, social e física. A política urbana em Portugal, tal como aconteceu em muitos estados-membros da UE, surgiu com o intuito de dar respostas aos problemas socioeconómicos derivados na sua maioria pelos processos de desindustrialização, baixos índices de emprego, níveis de degradação acentuados em espaços urbanos e ambiental, bem como um número reduzido da população em idade ativa.

Após adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) no ano de 1986, o país tomou posse dos benefícios da Política de Coesão da UE, em termos de impactos destaca-se a europeização implementada pela política portuguesa, ou seja, passou a adotar as práticas, princípios e orientações estratégicas da UE. Medeiros (2014) Não menos importante também foi o apoio financeiro que Portugal recebeu dando estímulos nos processos de modernização, e nos processos de regeneração urbana. No raciocínio de Oliveira e Breda-Vázquez (2011); logo após adesão de Portugal a CEE muitas foram as mudanças ocorridas nos sistemas de política espacial e urbana na medida em que se passou a dar mais primazia nos debates europeus sobre as questões concernentes a cidade uma vez que ficaram reconhecidas como locais geradores de problemas e oportunidades, mas que simultaneamente são também as bases do desenvolvimento regional. Este fato deu origem de forma paulatina a inclusão da dimensão urbana dentro dos Fundos Estruturais Europeus o que garante uma certa autonomia aos Estados-Membros na formulação de novos instrumentos e documentos com focos em questões urbanas.

4.1.2. POLÍTICAS URBANAS EM PORTUGAL

Com o lançamento dos Projetos Piloto Urbanos (PPU) durante o primeiro quadro de apoio da Comunidade Europeia 1989-1993 as questões urbanas na política regional dão um passo em frente em relação a mudanças de paradigma das políticas de regeneração urbana e planeamento em Portugal, destacando-se as cidades de Lisboa e Porto como potenciais pretendentes a este programa.

A década de 1990 foi fundamental na política urbana portuguesa, sendo que ficou marcada não só com as mudanças nas abordagens da política urbana como também registou neste período um impulso relativo ao ordenamento do território passando a ser obrigatório a criação dos Planos Diretores Municipais sob a tutela do Ministério do Planeamento e da Administração do Território e o uso do solo bem como os seus devidos regulamentos a nível nacional. Não obstante esta questão estar ligeiramente transversal ao desenvolvimento urbano integrado e sustentável, a verdade é estes instrumentos permitem colocar Portugal em eminência de uma Agenda Urbana nacional.

“... apesar da ênfase crescente em áreas urbanas socialmente sensíveis e programas integrados de regeneração urbana da UE em Portugal, o primeiro Plano de Desenvolvimento Regional 1989-1993 (Ministério do Planeamento e da Administração do Território 1989) foi construída sem uma visão de regeneração urbana integrada. No entanto, permitiu a realização de infraestruturas, nomeadamente saneamento básico e rodoviárias, de extrema importância para o desenvolvimento das áreas urbanas de todo o país, embora sem um planeamento estratégico Cavaco, Florentino e Pagliuso (2020a)

Durante o período 1994-1999, a CE focou os apoios em projetos de grande envergadura em infraestruturas nacionais e regionais nomeadamente em saneamento básico e rodoviárias que representaram particular importância para o desenvolvimento das áreas urbanas em todo o país Cavaco, Florentino e Pagliuso (2020b). O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional esteve envolvido financeiramente no Programa Operacional com foco em abordagens de regeneração ambiental e urbana mediante um subprograma com o cariz específico denominado Intervenção Operacional de Renovação Urbana (IORU). O objetivo geral deste instrumento de política urbana assenta-se no apoio as medidas integradas de regeneração de bairros desfavorecidos bem com o apoio na renovação para áreas informais e de baixa qualidade de vida, apoio aos vários projetos para área ribeirinha Expo 98 de Lisboa. Igreja e Conceição (2021)

No decorrer deste, mesmo período, no âmbito das Iniciativas de políticas urbanas sob a liderança da UE, as cidades de Lisboa e Porto participaram nos projetos pilotos do URBAN I no período compreendido entre 1994-1999. Os objetivos gerais destes programas assentam-se na promoção alargada de projetos e gerar investimento público privado bem como maximizar o impacto físico dos investimentos urbanos. Cavaco, Florentino e Pagliuso (2020c).

O Urban I foi uma experiência de sucesso da fase piloto e uma das suas estratégias consiste em encorajar de forma inovadora a regeneração económica e social de forma sustentável bem como impulsionar dinamizar o desenvolvimento local, nas comunidades urbanas carentes e com graves problemas. Segundo Medeiros e Van der Zwet (2019) fundamentam que a Iniciativa Comunitária Urban I teve influência em Portugal não se pode limitar ao que foi alcançado do ponto de vista da regeneração da cidade, mas que é de todo importante levar em consideração as melhorias das capacidades adquiridas localmente durante os processos de aprendizagem. O Urban I teve o seu papel de destaque não só pelo sucesso, mas também pelo seu caráter influenciador nos programas subsequentes como por exemplo serviu de fonte de inspiração para outros programas nacionais - Programa de Reabilitação Urbana, (PRU) 1995–2004- especialmente nos casos que foram concebidos para abordar a revitalização de áreas urbanas problemáticas.

Findo o ciclo bem-sucedido de programação da Iniciativa Comunitária Urban I é dado início de um novo ciclo de programação Comunitária Urban II sendo considerado por muitos autores tais como: Atkinson (2001, 2015); Parlamento Europeu (2014); Medina e Fedeli (2015) como um programa impulsionador na consolidação de uma Agenda Urbana na UE. O Urban II em Portugal foi implementado em bairros com carências acentuadas das áreas metropolitana de Lisboa e do Porto. Teve o suporte financeiro da UE mediante apoio do FEDER bem como financiamento nacional e comunitária. Importa também referenciar as parcerias local e nacional tanto público como privadas que incorporaram o vasto leque de stakeholders. De acordo com Breda et al. 2009 esta iniciativa despertou a criação de um projeto piloto desenvolvido pelo governo português no ano de 2005 identificado como iniciativa Bairros Críticos implementados em Lisboa e Porto.

A política urbana portuguesa com a introdução do programa estratégico inovador POLIS, no período 2000-2006 marcou uma mudança relevante na medida em que impulsionou dinâmicas de desenvolvimento urbano, animação e regeneração sendo implementado em 39 cidades das regiões NUTS II do território continental. A literatura aponta inúmeras semelhanças entre este programa e as experiências anteriores desenvolvidas em fórum nacional e UE, Igreja e

Conceição (2021). Autores como Domingues, Portas e Sá Marques (2007); Rosa (2018) abordam que este programa tem fortes vínculos sob o ponto de vista ideológico e motivacional ao projeto urbano da EXPO'98. Ao passo que outros autores fazem menção a relação de semelhança com a iniciativa Urban bem como na regeneração urbana abordada pela UE Medeiros e van der Zwet (2019), Cavaco, Florentino e Pagliuso (2020)

Como parte de uma estratégia de desenvolvimento territorial com o objetivo de fortalecer o sistema urbano nacional, o POLIS buscou iniciar uma abordagem não baseada em investimentos setoriais e desenvolvimento de infraestrutura. Igreja e Conceição (2021)

Para Queirós e Vale (2005) o POLIS foi um autêntico catalisador focado em intervenções especiais integradas de grande relevo. Para a sua execução existiam os componentes que definiam as operações dos programas, dos quais podem ser destacados - operações integradas de reabilitação urbana e ambiental – possibilitou com que as Câmaras pudessem desenvolver uma visão estratégica nos seus municípios bem como estimulou a criação de parcerias bem direcionadas entre o Estado e os municípios no tocante da gestão local, planos de ação (as chamadas sociedades POLIS). Do ponto de vista de governança se pode dizer que o programa incentivou a governança multinível.

O período de 2007-2013 na UE ficou registado de extrema importância pois o desenvolvimento urbano integrado passou a fazer parte dos programas operacionais nacionais e regionais, ou seja, beneficiaram dos Fundos Estruturais Europeus conforme literatura. Simultaneamente as cidades granjearam ainda de vários instrumentos e iniciativas da Política de Coesão na medida em que tem crescido o reconhecimento de que as políticas setoriais da UE são realmente importantes para o desenvolvimento de áreas urbanas e essas políticas têm um impacto “espacial na dimensão urbana”. Atkinson (2015, 23)

Para este período o governo português introduziu no quadro político para cidades um novo item denominado Política de Cidades POLIS XXI. De acordo com os autores Medeiros e van der Zwet (2019); Cavaco, Florentino e Pagliuso (2020), são unânimes em afirmar que existe algum ponto de convergência com iniciativas desenvolvidas anteriormente tais como o Urban. Ao passo que outros autores tais como Chamusca (2011) relatam que o POLIS até certa medida influenciou indiretamente as práticas de planeamento em outros países da UE.

Do ponto de vista de governança o POLIS XXI estava configurado para uma abordagem descentralizada de baixo para cima capaz de interagir com vários níveis em âmbitos territórios e ainda recorrer do poder financeiro público / privado incluindo alocações do Quadro

Comunitário de Apoio (QCA) *Em termos operacionais, a política foi estruturada de acordo com os seguintes instrumentos principais: i) parcerias de regeneração urbana (Parcerias para a Regeneração Urbana); ii) redes urbanas para a competitividade (Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação); e iii) ações inovadoras para o desenvolvimento urbano.* Igreja e Conceição (2021)

Após o período conturbado economicamente vivido por Portugal era necessário criar balizas estruturadas para uma melhor gestão dos fundos da UE. Foi neste sentido que o país enquanto se desenrolava o ciclo de programação de 2014-2020, procurou soluções com bases em experiências anteriores de política urbana para capacitar e desenvolver um quadro de política de desenvolvimento urbano melhorado, segundo os princípios de coerência e sustentabilidade. Assim surgem novos desafios como demonstrado por: 1) um novo quadro estratégico para as cidades - Cidades Sustentáveis 2020; e 2) um acordo de parceria com a CE - Portugal 2020.

O novo quadro estratégico para as cidades foi aprovado no ano de 2015 sob orientação do governo central, sendo que ficaram definidas os princípios e diretrizes para o desenvolvimento espacial e urbano sustentável. Destacam-se nos seus objetivos a promoção do desenvolvimento de forma funcional das áreas urbanas na vertente social e económica. *A estratégia foi construída sobre um quadro de ação integrada, exigindo, para a coordenação entre os vários níveis de governo, a integração de um amplo leque de setores de política e a participação dos cidadãos* Cavaco, Florentino e Pagliuso (2020)

No entanto, um aspeto importante que deve ser destacado diz respeito à falta de capacidade operacional. Igreja e Conceição (2021)

O novo quadro estratégico apresentava-se com uma lacuna em termos de ligações diretas ao financiamento ou implementação, e por esse motivo foi enquadrado no Portugal 2020. *Com o enquadramento Portugal 2020 introduziu-se novas abordagens para o desenvolvimento territorial sustentável e, no seu esforço de criação de estratégias de desenvolvimento sub-regional, atribuiu responsabilidades adicionais às instituições intermunicipais.* Igreja e Conceição (2021) Destacam-se as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano - com o propósito de impulsionar a regeneração e revitalização urbana dos centros urbanos, alicerçados em planos estratégicos - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (planos estratégicos que ficariam a cargo dos municípios em termos de elaboração e execução) De acordo com; Medeiros e Van Der Zwet (2019); Rio Fernandes et. al. (2020) estabelecem alguma semelhança no tocante das parcerias desenvolvidas no POLIS XXI.

4.2. URBAN II - PORTO GONDOMAR

A abordagem territorial integrada esteve implantada como um guião no Programa de Iniciativa Comunitária Urban II Porto-Gondomar sendo que buscou sintetizar nas áreas de intervenção um levantamento minucioso mediante análise Swot. De acordo com o Relatório Final de Execução - PIC Urban II Porto – Gondomar foram destacados cinco objetivos estratégicos para fazer frente aos itens explorados e apresentados na análise como veremos nos pontos a seguir: (i) requalificar e valorizar o ambiente e o espaço público, (ii) Estabelecer medidas que visam contrariar e enquadrar o flagelo da toxicodependência, (iii) revitalizar o ambiente social, (iv) dinamizar o contexto económico e (v) valorizar o contexto sócio – educativo da população juvenil.

Uma vez apresentado os pontos fortes e fracos bem como as oportunidades e as devidas ameaças na malha urbana correspondente a zona de intervenção e traçados os objetivos para estruturar os programas, segue-se a efetivação destes objetivos, para tal foram criados três eixos Estratégicos somando a estas oito medidas e um Eixo Operacional com intuito de prestar suporte técnico ao programa, como veremos no quadro de estrutura do programa.

4.2.1. ENQUADRAMENTO

A Iniciativa Comunitária Urban tem a sua base de sustentabilidade os Fundos Estruturais da Comissão Europeia que visam dar o suporte aos programas direcionados nos territórios urbanos deprimidos, desqualificados e objurgados quer sejam do ponto de vista social, físico e económico. Desta feita a UE a partir da Iniciativa Comunitária Urban apresentou o programa que foi implementado em dois ciclos de seis anos, ou seja, de 1994 – 1999 (Urban I) e no período de 2000-2006 (Urban II) conforme espelha a Fig. 4.2.1. 1, (focando no tema de estudo) sendo que os ciclos estiveram direcionados em intervenções de regeneração urbanas agindo de forma integrada para resolver problemas em síntese ligado a inclusão social.

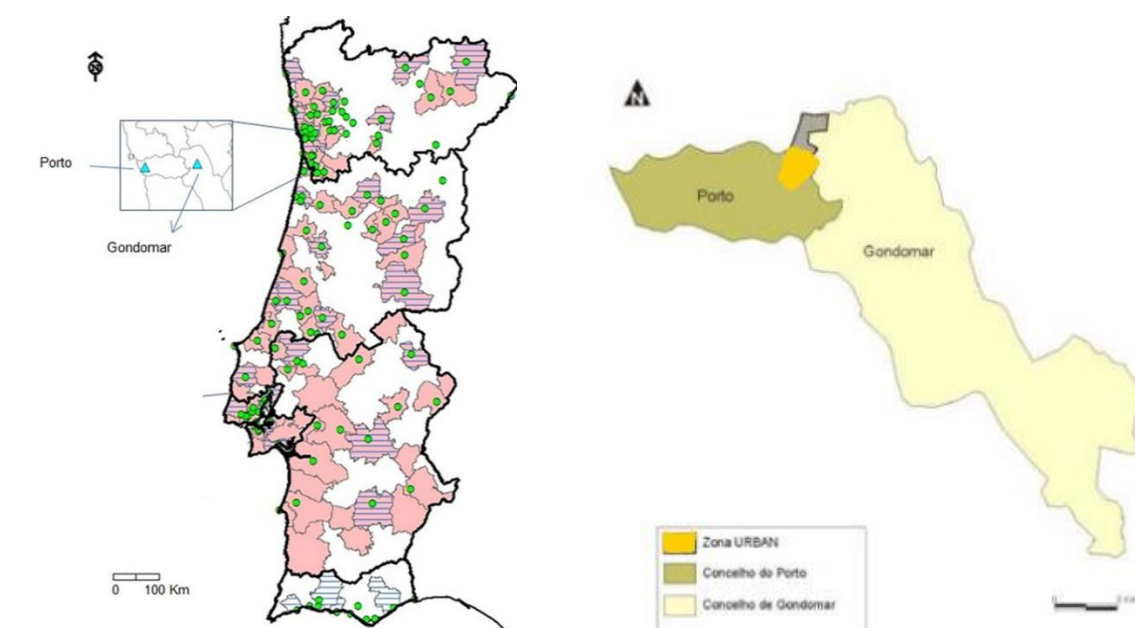


Fig. 4.2.1. 2- Áreas afetadas ao Urban – Porto - Gondomar.

Os fatores que concorrem para seleção das zonas afetadas ao PIC Urban II estão assentes nas seguintes bases: i) Indicadores sócio – económico, ii) Programa que se destaca pela qualidade; iii) programas focados na diversidade de forma equilibrada nas abordagens; iv) Programas que estabelecem alguma conexão em termos das ações com os desenvolvidos pela União Europeia.

Dentro dos fatores acima citados, são acrescentados outros critérios não menos importantes que visam não só complementar os anteriores, mas que também servem para dar a devida contribuição para identificação dos espaços com alguma coerência sendo que devem constar nesses espaços claras evidências de exclusão social a saber: i) *índice de desemprego elevado e de longa data*; ii) *índice de atividade económica baixo*; iii) *Índice de pobreza e exclusão elevado*; iv) *reformulação estrutural apresenta-se como crucial tendo em conta as dificuldades sociais e económicas*; v) *elevada proporção de imigrantes, minorias étnicas ou refugiados*; vi) *índice baixo a nível de educação bem como índice baixo de aproveitamento escolar*; vii) *índice de criminalidade e delinquência elevado*; viii) *desenvolvimento demográfico instável*; ix) *situação ambiental particularmente degradada* (Relatório Final de Execução - PIC Urban II Porto - Gondomar (2009 p. 21)

Com base nos fatores inumerados o estado português mediante um processo de análise e estudos multifatorial criou condições para que perante os critérios estabelecidos pela Comissão Europeia se pudesse selecionar áreas que correspondessem às exigências dos programas. Neste sentido a área alvo do Urban II Porto Gondomar, corresponde ao tecido urbano onde estão bem patentes

os sintomas da crise urbana, na degradação social do espaço urbano e a consequente falta de condições de vida de vários segmentos da população residente tornando-se os principais desafios dentro da malha metropolitana do Porto.

Com objetivo de dar continuidade ao programa precedente Urban II, a luz dos fundos estruturais, cujo mote direcionava a sua abordagem de forma integral buscando o envolvimento de parceiros locais, para promoção da melhoria da qualidade de vida das populações afetadas ao programa mediante estratégias holísticas para a revitalização social e económica de forma sustentável, bem como promover o desenvolvimento e a troca de conhecimentos das boas práticas de intervenções de desenvolvimento urbano sustentável de forma a revitalizar as abordagens.

A área de estudo refere-se ao Programa de Iniciativas Urban II nas regiões do Porto-Gondomar. Em termos de extensão territorial assume uma área compreendida de 5,7 km², sendo que nestes territórios residem pelo menos 27365 habitantes. Assim a distribuição espacial resume-se para o distrito do Porto representado pela Freguesia de Campanhã, (incidência nos conjuntos habitacionais de Contumil, Pio XII e São João de Deus) mais a nordeste, nas proximidades do Concelho de Gondomar, concretamente na freguesia de Rio Tinto zona caracterizada por altas taxas demográficas, do ponto de vista da urbanização apresenta-se dispersão e quer a nível da malha rodoviária e de equipamentos sociais.

Os dois concelhos tiveram a oportunidade de dar sequência aos anteriores programas, só que desta feita não de forma isolada, mas em parceria não só pelo fato da proximidade de fronteiras, mas também por apresentarem em certa medida problemas semelhantes tais como: o elevado desemprego, analfabetismo, má integração étnica, idosos isolados, problemas com drogas e estradas inadequadas. As áreas em questão foram contempladas com um investimento financeiro de 14.2 milhões euros (incluindo 10 milhões de euros do FEDER) sendo que dos quais € 9 milhões tiveram atribuição direcionada a uma série de projetos de regeneração física. O desenvolvimento em parceria da Iniciativa Comunitária Urban, apresenta-se como uma inovação em Portugal e estabeleceu um modelo que serviu de vínculo às instituições quer de nível local, regional e nacional, bem como procurou integrar no programa as associações locais e a sociedade civil.

Conforme o documento de programação inicial elaborado pela equipa responsável do programa. Consta na análise a caracterização do Urban mediante múltiplos indicadores apresentados na tabela 4.2.1. 1. Em síntese a tabela descreve as análises em várias dimensões por exemplo na

questão demográfica (aborda a estrutura etária da população bem como a tipologia das famílias); Análise socioeconômica; taxas de desemprego na zona muito elevada correspondente a 27% estando muito acima da média do país que eram 6,2% e da região norte é fixava na ordem dos 8,8%. INE (2011). Os problemas de analfabetismo também se faziam sentir em percentagens muito elevadas, 15% e 12% da população total do Porto e Gondomar respetivamente. Em termos sociais e económicos, existência de deficiência de integração de algumas etnias em certas comunidades, abandono de idosos, uso de drogas, insuficiência de infraestruturas básicas em termos de estradas.

Tabela 4.2.1. 2- A Área estudo na intercessão dos dois concelhos. Fonte: Relatório final do Urban II (CE).

	Indicadores	Dados em 2000
1	Número de habitantes (milhares)	27.365
2	% da população com menos de 16 anos de idade na área de intervenção Urban (%)	19,2
3	% da população com mais de 60 anos na área de intervenção Urban (%)	16,4
4	Extensão (km ²)	5,7
5	EMPREGO	
6	Taxa de desemprego (%)	27
7	% de desempregados de longa duração em comparação com o total de	66
8	desempregados (%) Número de empresas (por 10.000 habitantes)	120
	Número de pessoas apoiadas por regimes de assistência social estaduais em comparação	10,5

9	com a população total na área de intervenção Urban (prestações sociais estaduais) (%)	
10	% de imigrantes / minorias / refugiados em comparação com a população total na área de intervenção Urban (%)	20
11	EDUCAÇÃO	
12	% das taxas de abandono escolar (níveis de ensino obrigatório - ensino secundário)	30
13	% de graduados universitários em comparação com a população total na área de intervenção Urban (%)	1,5
14	Número de vagas em creches por 1.000 habitantes	5,8
15	CRIME	
16	Número total de crimes por assentos por 1.000 habitantes	45
17	Meio Ambiente	
18	% de áreas verdes em comparação com a extensão total Urban II (km ²)	0

4.2.2. ANÁLISE SWOT

Conforme já citado acima a escolha da área de intervenção do PIC Urban II Porto Gondomar assenta perfeitamente aos critérios pré-definidos pela Comissão Europeia, sendo que a equipe criada pelo estado português para encabeçar os arranjos processual do programa inicial achou por bem efetuar um diagnóstico na área de intervenção mediante indicadores apresentados na Tabela 4.2.1. 3. Perante esta base de diagnósticos foi possível identificar uma matriz de análise

Swot (indicando os pontos fortes, fracos as potencialidades e ameaças) que serviu de guião para a concepção da estratégia de intervenção como pode ser verificada na tabela 8

Tabela 4.2.2. 1- Análise SWOT Urban II Porto-Gondomar. Fonte: Relatório Final de Execução - PIC URBAN2 Porto - Gondomar.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> - • Periferismo social e económico - • Elevada taxa de desemprego - • Défice de instrução e qualificação profissional - • Falta de Qualificações Profissionais - • Desqualificação em termos quantitativos e qualitativos no que se refere ao parque habitacional - • Tráfico e consumo de drogas - • Falta de infra-estruturas - • Falta de equipamentos - • Ambiente urbano desqualificado - • Falta de espaços verdes e de lazer - • Problemas de integração das minorias étnicas - • Projeção de uma imagem negativa da Zona URBAN contribuindo para situações de estigma - • Elevadas taxas de abandono e insucesso escolar - • Existência de uma actividade económica informal - • Estagnação do comércio tradicional - • Fraca cobertura da rede escolar a partir do 2.º ciclo 	<ul style="list-style-type: none"> - • Vontade Política de intervenção concertada - • Juventude da população residente - • Experiências anteriores de sucesso das duas autarquias na gestão e realização de Programas URBAN - • Existência de um tecido associativo local com iniciativas e projetos próprios de dinamização da população - • Empenho e disponibilidade da comunidade educativa para partilhar estratégias e projeto
Potencialidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - • Concentração de intervenções ao abrigo de Programas Nacionais e Regionais - • Obras municipais complementares - • Intervenção integrada das duas autarquias - • Outros programas e intervenções que irão incidir na área e na sua envolvente - • Atracção de investimentos públicos e privados resultantes da nova imagem da Zona 	<ul style="list-style-type: none"> - • Falta de motivação da população - • Imobilismo da população - • Efeito de rotulagem / preconceitos sobre a população da área de intervenção - • Existência de verbas limitadas face à dimensão dos problemas

- • Motivação e experiência dos parceiros públicos e privados
-

A seguir é apresentado os cinco objetivos estratégicos que foram extraídos da análise Swot a saber:

- i) *Requalificar e valorizar o ambiente urbano e o espaço público* (buscando a valorização das relações sociais entre várias faixas etárias bem como garantir a segurança nos espaços públicos e integração dos portadores de deficiências)
- ii) *Estabelecer medidas que visam contrariar e enquadrar o flagelo da toxicodependência* (garantir que os programas de âmbito nacional tenham ações específicas e articuladas com outros programas de iniciativas de prevenção, informação para a população mais jovem com intuito de alertá-los sobre o perigo da toxicodependência e por outro lado criar condições médico sanitários com estruturas capazes de garantir o acolhimento e acompanhamento dos casos mais avançados e não só)
- iii) *Revitalizar o ambiente social* (garantir que ninguém fique para trás, mediante ações práticas para a construção de uma rede social a favor das comunidades a ponte de torná-las com uma robustez capaz de apoiar de forma integrada os mais diversos grupos da população marginalizada)
- iv) *Dinamizar o contexto económico* (garantir a valorização das atividades económicas e uma certa independência económica que ajude a tornar os bairros mais seguros; garantir o melhoramento das competências e condições físicas e de qualidade que permitam uma maior integração dos grupos desfavorecidos ao mercado de trabalho.)
- v) *Valorizar o contexto sócio – educativo da população juvenil* (criação de estruturas apropriadas para a prática de atividades lúdico pedagógicas com intuito de inverter o quadro de fraco aproveitamento escolar e consequentemente reduzir a probabilidade de aumento atitudes desviantes e marginais na população em idade juvenil.)

Tabela 4.2.2. 2- Tabela estrutural da Iniciativa Comunitária Urban II - Porto Gondomar. Fonte: Relatório final do PIC Urban II.

Objetivos do programa	Eixos Estratégicos	Objetivos dos eixos	Medidas	Objetivos das Medidas
Requalificar o Ambiente Urbano e Valorizar o espaço Público	Eixo 1 - Construção da Coesão do espaço público	Qualificar o espaço público, valorizar a zona e buscar uma identidade que transmita confiança aos moradores		Promover a valorização e requalificação ambiental da zona urbana do Porto Gondomar
		Melhorar a qualidade ambiental da zona através do reforço da estrutura verde por forma a disponibilizar novos espaços destinados ao lazer e as atividades recreativas dos diversos extratos da população	MEDIDA 1. Ambiente Urbano e Espaço Público	Apoiar a integração e a mobilidade da população portadora e deficiências melhorando a sua qualidade de vida Requalificar os espaços públicos e de lazer no sentido de fortalecer a sociabilidade e o encontro de gerações
		Dotar a zona de intervenção de espaços que desempenhem um papel dinamizador e mobilizador da população revelando-se como nós de amarração das atividades dirigidas aos segmentos mais desfavorecidos e desprotegidos	MEDIDA 2. Plataformas de integração social	Dotar a zona de equipamentos sociocultural e de desporto que sirvam de plataformas de integração
Dinamizar o contexto económico	Eixo 2 - Inclusão social e Valorização Profissional	Criar condições que promovam uma melhor integração no mercado de emprego por parte de grupos sociais mais desfavorecidos, como sejam deficientes os jovens, as mulheres e os desempregados de longa duração.	MEDIDA 3 Pré formação, Formação profissional e promoção do auto emprego	Melhorar as condições de empregabilidade da população ativa com particular relevância a população jovem e das mulheres Promoção do desenvolvimento de competências pessoais e sociais com o objetivo de serem autónomos profissionalmente ou obterem o auto sustento Promoção e incentivos ao

			aumento de escolaridade ativa
Combater a toxicod dependência		<p>Criar estruturas de acolhimento e apoio e incentivar o desenvolvimento de pequenas iniciativas empresariais, principalmente as que operam por meio das novas tecnologias de informação</p>	<p>MEDIDA 4 Valorização das atividades Económicas locais e produção da capacidade empresarial</p>
		<p>Tirar partido do potencial das tecnologias da sociedade de informação contribuindo com a integração socioprofissional</p> <p>Promoção de projetos e ações de associativismo empresarial, criando parcerias e redes de cooperação</p>	
		<p>Contribuir para a prevenção e combate ao consumo de estupefacientes</p>	<p>MEDIDA 5 Prevenção da Toxicod dependência</p>
		<p>Incentivar os jovens a participar em ações que visam um estilo de vida saudável e gratificante</p> <p>Facilitar o acesso à informação concernente a drogas e programas de tratamento</p> <p>incentivar o tratamento dos toxicómanos</p> <p>Consolidar o apoio a reinserção e ao tratamento da toxicod dependência</p>	
Revitalizar o ambiente social	Eixo 3 - Revitalização social, cultural e desportiva	<p>Criar condições aos jovens satisfatórias que os aproximem da escola, criação de programas e oportunidades facilitadoras para aprendizagem, bem como mediadas que visam a redução das taxas de desistência e insucesso escolar</p>	<p>MEDIDA 6 Educação</p>
		<p>Proporcionar novas oportunidades as crianças e contextos facilitadores de aprendizagem</p> <p>Criar uma dinâmica de incentivo a participação, a identificação, análise e resolução dos problemas locais bem como levar a reflexão e ao debate</p> <p>Dotar os jovens de ferramentas de informação formação, que visam a concepção de projetos profissionais</p> <p>Elevar o nível de autonomia, capacidade de planear bem como a qualidade das iniciativas e projetos dos agentes educativos e associativos</p>	
Valorizar o contexto sócio educativo da		<p>Criar condições infra estruturais e organizativas para que os agentes</p>	<p>MEDIDA 7 Promoção da vitalidade</p> <p>Promover a reabilitação pública da identidade das zonas e das populações mais desqualificadas</p>

população juvenil	educativos e ou associativos desempenhem o seu papel	sociocultural e desportiva	Proporcionar aos jovens ocupação dos tempos livres com a prática desportiva
	Criar dinâmicas culturais e sociais na zona, dando atenção aos grupos e populações mais desfavorecidos e isolados (idosos e deficientes), dar ênfase as diversas culturas existentes com intuito de fortalecer a comunidade		Dinamizar os espaços públicos desportivos bem com recuperar a vida cultural da área
	Reforçar a troca de informações entre os promotores e a população afeta ao programa, por meio da criação de um gabinete específico de atendimento	MEDIDA 8	Valorizar e diversificar as atividades desenvolvidas pelas associações culturais e desportivas
	Promover a cidadania e a cooperação da população e das associações locais por forma a serem parte integrante do processo de mudança social e urbana	Participação e cidadania	Facilitar o acesso as atividades culturais e recreativas regularmente bem como criar condições para que a comunidade possa desfrutar dessas atividades em locais diversificados.
			Prestação se serviço de qualidade aos idosos de preferência ao domicílio para que possam ter melhor qualidade de vida
			Criar condições que facilitem a parcerias organizadas focadas em projetos locais
			Criar condições de facilidade de acessar aos mais excluídos aos serviços básicos: saúde, habitação, segurança social e emprego
			Contribuir para a melhor acesso à informação sobre os direitos e deveres sociais

A área de estudo integra-se na intercessão dos dois concelhos e incide sobre um espaço onde residem 27.365⁴ habitantes numa extensão territorial de 5,7 km². As duas zonas envolvidas do ponto de vista físico estão separadas por uma rodovia de fluxo considerável e rápido - portanto a estrada da Circunvalação. Estes espaços marginais, não obstante, estarem separados fisicamente,

⁴ Dados do INE 2001

apresentam características muito semelhantes no que diz respeito à degradação social e económica e com elevados índices de segregação espacial. Com base nesta tendência o programa Urban, procurou desde já integrar estes espaços na possibilidade de colocar de parte essa forte possibilidade por um lado, mas por outro lado reconhece-se alguma potencialidade por detrás desses traços marcados pela má qualidade de vida, que poderiam mediante um processo de regeneração de forma conjunta poder-se-ia perspetivar desenvolvimento considerável não só nas áreas de estudo como também nos espaços circunvizinhos.

4.3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS - CONCELHO DO PORTO

O

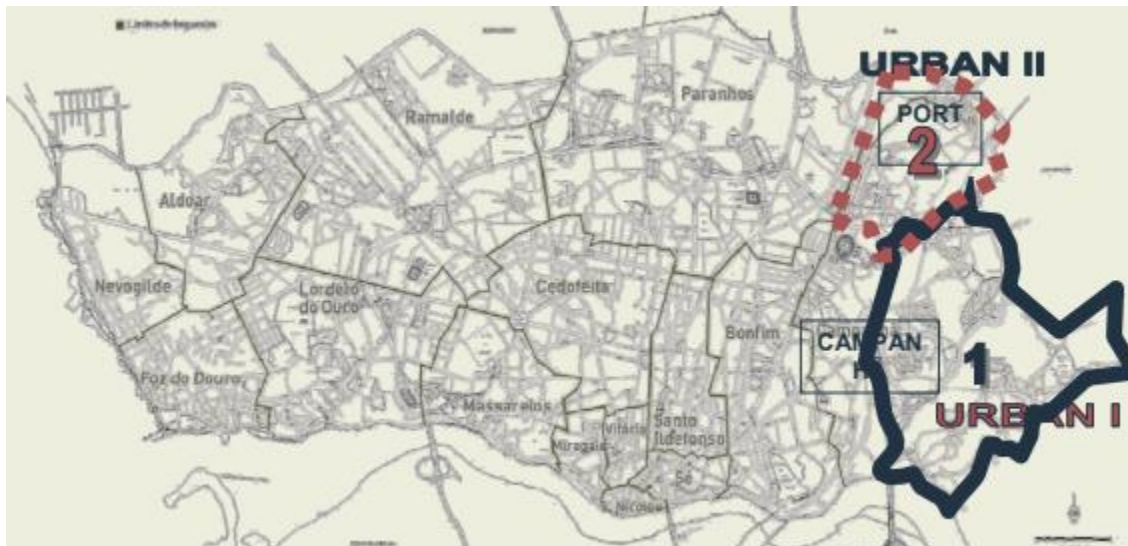


Fig. 4.3. 1- A Iniciativa Comunitária Urban no Concelho do Porto. Relatório Final de Execução

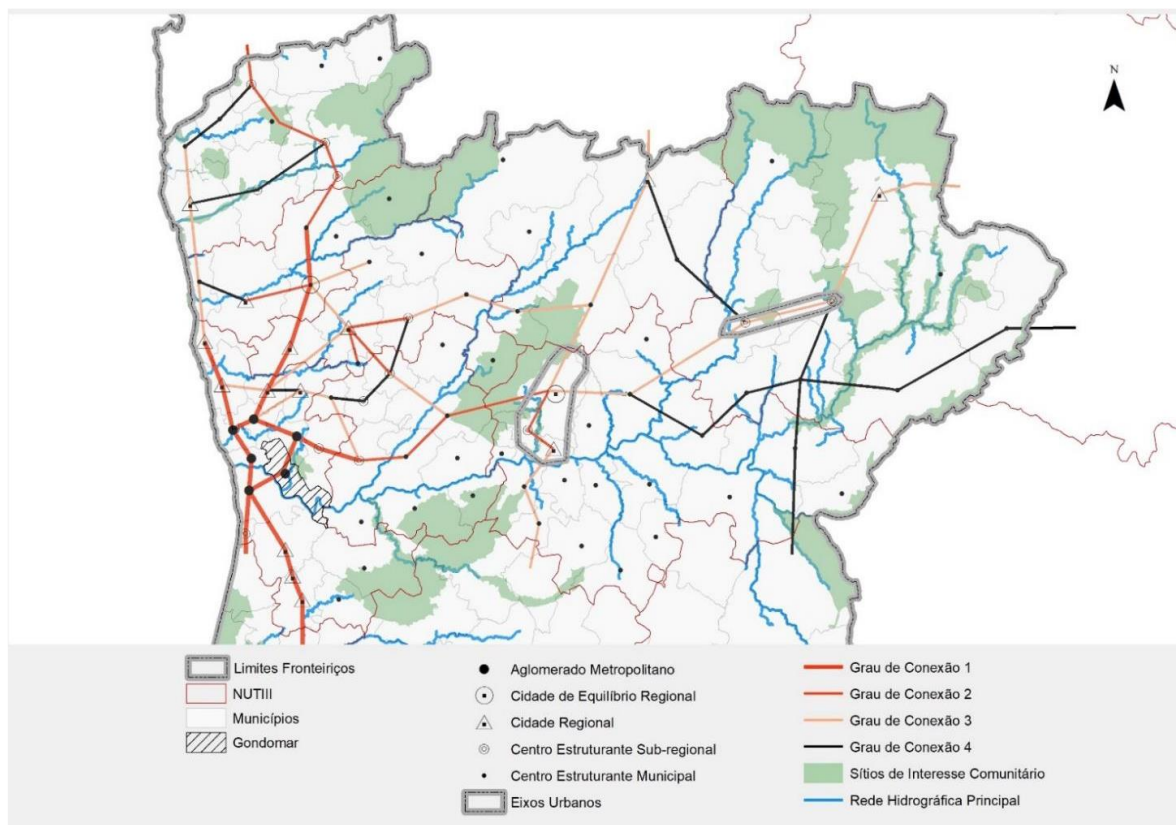
Concelho do Porto é constituído por sete freguesias das quais a Campanhã já foi granjeado pelas duas iniciativas comunitárias Urban I e II precisamente na zona oriental do Concelho conforme fig. 4.3. 1, sendo que no mais recente (Urban II) foi possível identificar na zona de estudo algumas características socioeconômicas, demográfico e urbanas que tornaram a zona elegível.

A citar:

- Diversos conjuntos habitacionais de cariz social;
- Cerca de 1071 fogos

- Estima-se que vivem 4850 pessoas
- Edificações datadas do período de (1956 - 1966) desde o primeiro Plano de Melhoramento para a cidade do Porto - em sua maioria edificadas com mais de 50 anos (Bairro de São João de Deus e no Bairro de Pio XII)
- Composição étnica: famílias de ciganos e africanos (por exemplo no Bairro São João de Deus em número percentual 34 e 7 famílias respetivamente)
- Bairro Contumil construído no ano de 1977- resultado de política habitacional de apoio às populações carentes que residiam em “ilhas”
- Aumento generalizado da pobreza
- Fragilidade social

4.4. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS - CONCELHO DE GONDOMAR



Em termos geográficos o Concelho de Gondomar faz parte da AMP (Área Metropolitana do Porto), integrado na sub-região estatística NUTS III).

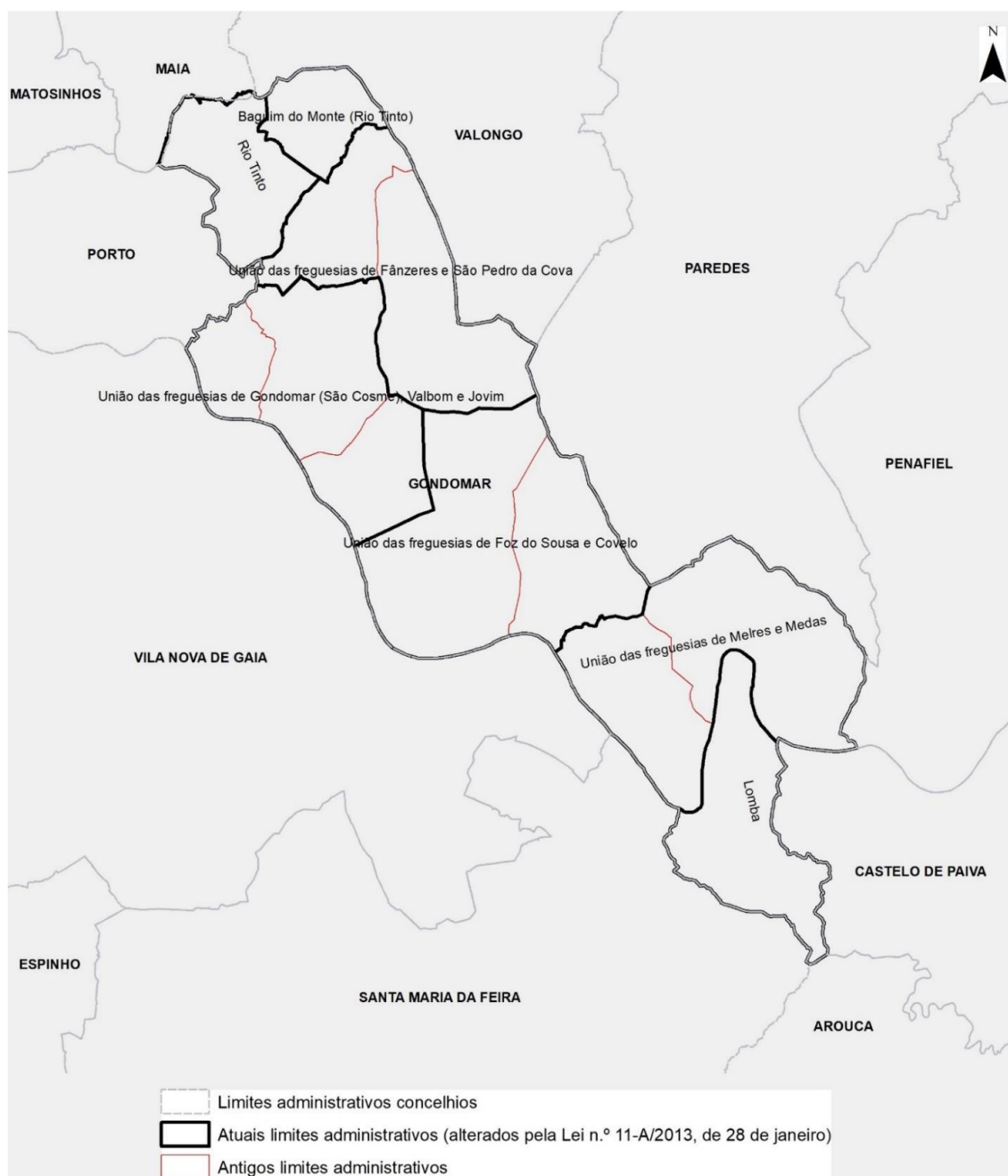


Fig. 4.4. 2- Divisão por Freguesias do município de Gondomar. Fonte: CAOP.

Tabela 4.4. 1- Evolução Censitária da população de Gondomar, por freguesias.

Freguesia	2001	2011	Varição
Baguim do Monte	13 943	14 102	1%
Lomba	1 711	1 505	-12%
Rio Tinto	47 695	50 713	6%
U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova	39 331	39 586	1%
U.F. da Foz do Sousa e Covelo	8 160	7 701	-6%
U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	46 958	48 600	3%
U.F. de Melres e Medas	6 298	5 820	-8%
Município	164 096	168 027	2%

- Equipamentos sociais (o Bairro da Triana e o Bairro de Carreiros);
- Área fronteiriça com o concelho do Porto e Maia;
- Lacunas no ordenamento do território;
- Assimetrias sócio económicas;
- Pressão demográfica em função do paralelismo e proximidade de fronteiras com o concelho do Porto;
- Insuficiência de infraestruturas rodoviária;
- Uso do solo repartido entre residências e estabelecimentos comerciais;

- Insegurança urbana;
- degradação de arruamentos e de alguns espaços verde

De uma forma geral a intervenção do Urban II para o concelho de Gondomar integrou os espaços de Brás Oleiro, Chapeleiro, Forno, Rebordões, Giesta, Triana, Carreiros e Santegãos. Conforme apresentado acima nas características do concelho de forma mais alargada, os desafios denotam uma estrutura Urbana débil conforme o resumo em cinco itens a seguir: (i) *sob dimensionamento e desajuste da rede viária*; (ii) *exiguidade das infraestruturas básicas*; (iii) *à falta de equipamentos de apoio e promoção social/cultural*; (iv) *à fragilidade dos equipamentos de comércio*; (v) *e à degradação do parque habitacional*. Não obstante os desafios já enumerados, acrescenta-se aos mesmos os de índole social que claramente tornaram os desafios mais gravosos: a questão da pobreza, marginalidade, toxicodependência, tráfico de drogas e grupos específicos com dificuldade de integração.

Em função dos Eixos prioritários foram implementados os projetos em de Gondomar como demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 4.4. 2- Dados dos projetos implementados PIC Gondomar – Fonte: Câmara de Gondomar.

Eixos	Projetos implementados em Gondomar
Eixo I – Construção da Coesão do Espaço Urbano	Construção do Centro Multivalências de Carreiros;
	Construção do Mercado da Areosa;
	Construção do jardim de infância da Triana;
	Requalificação do espaço envolvente à escola da Boucinha;
	Beneficiação da escola pré-primária de Santegãos e espaço envolvente;
	Requalificação das Fachadas e do espaço envolvente ao Conjunto Habitacional de Carreiros;
	Apoio à integração e mobilidade das pessoas deficientes;
	Beneficiação da Rua António Costa Viseu e criação de parque infantil;
	Beneficiação de diversos arruamentos na área de

	intervenção
Eixo II – Inclusão social e valorização profissional	Ações de formação profissional (agentes de apoio a grandes dependentes, auxiliares de ação educativa, jardineiros); Autocarro das Profissões; Prevenir – Diga não à toxicodependência! Centro de Apoio à recuperação de Alcoólicos.
Eixo III – Revitalização social, cultural e desportiva	Educação Ambiental; Brincar com artes, ciências, desporto... LudoBus – Ludoteca itinerante; Ligação escola-meio; Crianças e jovens a família; Redes do saber.

4.5. INDICADORES DE IMPLEMENTAÇÃO URBAN II PORTO - GONDOMAR

Perante o quadro de análise dos indicadores de execução física das medidas apresentadas importa realçar que as metas traçadas em sua maioria foram atingidas logo após o início do programa o que por demonstra que os objetivos e metas traçadas no que diz respeito a implementação física tiveram um desempenho proveitoso. Em seguida iremos abordar essas notas positivas em função de cada eixo prioritário:

Eixo Estratégico I.: - Construção da Coesão do Espaço Urbano – Este eixo teve em evidência com um total de 16 projetos de ordem infraestrutural, sendo que se apresentou subdividido pelas medidas 1 e 2 (tendo 13 e 3 projetos respetivamente para Requalificação Urbana e Ambiental e Plataformas de Integração Social). Os principais ganhos refletem-se na reabilitação urbana sendo que foi feita uma “acupuntura” urbana através duma intervenção urbanística da Rede viária estruturante do Bairro São João de Deus, que visou abertura duma das vias e a conseqüente a unificação das zonas das Antas e Contumil proporcionando maior fluidez do tráfego rodoviário e maior interligação aos serviços coletivos, valorização na zona bem como o afastamento dos estigmas sociais que estavam patentes nesse espaço

Não menos importante foi também o ganho de equipamentos de cariz desportivas e sociais que serviram de ancoras não só para coesão, mas também para a inclusão social, uma vez esses serviços coletivos serviram de base para efetivação de vários projetos da índole educativa, sociais, culturais e formativas.

Em termos percentuais pode-se dizer que os indicadores tiveram resultados bastantes animadores e muito positivos. Pode-se constatar por exemplo em termos da extensão de pavimento programado inicialmente foram de 1,8 km e foi intervencionado 9,3 km. Em espaços verdes previa-se a implementação de 5.000 m² e intervencionou-se cerca de 19,347 m², nos espaços público urbano 122,287 m² requalificado em detrimento dos 90.000 m² que constava no programa. É de realçar também as os edifícios projetados e construídos de raiz (jardim de infância da Triana e Centro de Multivalências de Carreiros), toda a desenvoltura urbanística com uma concepção inclusiva que proporcionou um acréscimo da mobilidade de pessoas deficientes e ainda sem colocar de parte os diversos equipamentos de apoio a educação que granjearam de intervenções.

Eixo Estratégico II “Inclusão Social e Valorização Sócio – Económica e Profissional”, apresentou-se apoiado com um total de catorze (14) projetos e três (3) medidas com maior destaque aqueles que focavam nas questões do aumento de emprego dos habitantes principalmente direcionado as mulheres. Deste modo a medida 3 que dá suporte a pré-formação, formação profissional e promoção de auto emprego ou empreendedorismo, ficou aprovado com oito (8) candidaturas focadas no apoio a: i) fortalecimento de competências pessoais e sociais; ii) Elevar o índice de escolaridade da população ativa por meio de cursos profissionais na mais diversa gama de prestação de serviços (por exemplo jardinagem, auxiliares de educação, animadores socio culturais, incentivo ao auto emprego entre outros);

As questões de empregabilidade e formações apresentaram-se com alguma complexidade, mas ainda assim diante destas ações foi possível enquadrar a área de formação profissional com resultados satisfatórios uma vez que as metas previstas foram ultrapassadas na integra muito por conta do empenho que as estruturas de apoio à empregabilidade criadas na área de intervenção. Destaca-se para esses casos o projeto de “Autocarros temáticos do Emprego e das Profissões” bem como o “Clube do Emprego”. Perante este quadro foi possível constatar perante o Relatório Final de Execução - PIC URBAN 2 Porto – Gondomar que projetos dessa envergadura devem ser contínuos. Agora há um fato que também precisa ser destacado talvez tenha tido maior relevância assenta-se do porquê que o gênero feminino teve mais destaque neste programa,

ainda assim salienta-se que as metas foram suplantadas em comparação com o que se previa no início.

Ao nível da medida 4 “Valorização das Atividades Económicas Locais e Promoção da Capacidade Empresarial” ficou registado três projetos com intuito de alavancar a atividade comercial. OS destaques assentam-se na gestão organizacional de atividades voltadas a dinamização comercial – feiras realizadas na artéria da Avenida Afonso Henriques, sendo que ficou registado como uma atividade integral de indicadores desde o número de comerciantes envolvidos e o número de projetos apoios em associações locais.

Medida 5. Prevenção das Toxicodependências”, focada em reforçar as estruturas de apoio - a construção de equipamento Criação do Centro de Apoio e motivação de Toxicodependentes – Casa do Oriente – local cujo fim seria para o apoio à reinserção e tratamento só que infelizmente por motivos contratuais não se efetivou a sua construção. O que se pensava que seria um vazio na implementação da medida 5, foi encontrada para a Câmara Municipal do Porto a solução na zona envolvente da área de afeta ao programa, para esse apoio e motivação ficou assegurado no Hospital Conde Ferreira.

Destaca-se ainda as parcerias e colaborações que a Autarquia do Porto estabeleceu por exemplo com a Fundação Porto Social, Centros Hospitalares a ARS/Norte bem como as Academias (faculdades de Direito e Psicologia da Universidade do Porto), sem deixar de parte a implementação do Programa “Porto Feliz”. De uma maneira geral a questão do apoio aos toxicômanos este sempre envolvida no programa e destacada em três vertentes: i) intervenção social e sanitária; ii) o garante da Segurança e iii) sensibilização da opinião pública.

Não obstante ter havido alguma reorganização da estratégica montada para fazer face a questão da toxicodependência importa realçar que em suma os indicadores inicialmente previstos tiveram resultados satisfatórios.

O Eixo Estratégico III “Revitalização Social, Cultural e Desportiva” esteve orientado e três medidas totalizando 26 projetos aprovados a saber: - Medida 6 Educação; - Medida 7 Promoção da Vitalidade Socio cultural e Desportiva; - Medida 8 Participação e Cidadania sendo que cada medida esteve respetivamente 12, 9 e 5 projetos aprovados e fortemente relacionados com as questões de fórum animação social, cultural e desportiva. Não foi por acaso que este Eixo granjeou maior desenvoltura de execução física e uma maior aceitação por parte dos beneficiados, sendo que os indicadores pré estabelecidos foram superados

4.6. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO E APLICABILIDADE DA METODOLOGIA

Em termos de informação disponibilizada importa realçar que existe alguma pequena lacuna no relatório anual de implementação de 2007 no que diz respeito as alterações produzidas nas áreas afetas a intervenção do Urban II De acordo com o relatório de avaliação do Urban Fornecido no ano de 2006 para o Concelho do Porto Gondomar os dados estatísticos referentes aos níveis de desemprego, abandonos escolares para esse período não estão atualizados o que dificulta uma análise comparativa para as duas regiões afetas ao programa relativamente aos dados anteriores de 2000/2007

Em termos da estratégia participativa e integrada nas áreas do programa constam que tem tido reflexos positivos bem como os devidos apoios. O programa Urban está rotulado em várias dimensões nas áreas de intervenção. Destacam-se contribuições notáveis nos espaços físicos urbanos, do ponto de vista social encontram-se demarcadas as diferenças evolutivas nas atividades sociais, culturais e desportivas.

Para aplicação da metodologia de estudo com base das cinco dimensões apresentadas no terceiro capítulo importa referenciar que um dos primeiros passos seria o enquadramento adaptativo entre a metodologia escolhida segundo Medeiros e van der Zwet (2019) e a estrutura da Iniciativa Comunitária Urban II – Porto Gondomar. Contudo, fez-se corresponder os três Eixos temáticos com a as cinco dimensões das AIDUS partindo do princípio que já foi feita um resumo das dimensões em três vértices fulcras em questões económicas, sociais e física.

Como se pode verificar na tabela nº 16 o Eixo I - Construção da Coesão do Espaço Urbano - corresponderá em ações e implantações que correspondem ao Vértice Físico em que aparece justificado pelas dimensões de: Sustentabilidade ambiental urbana, Planeamento espacial urbano, Governação territorial urbana.

O programa foi dotado de objetivos coerentes na vertente desenvolvimento sustentável (até porque era preciso respeitar o Tratado do Programa Comunitário de Política e Ação em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, como referido na Resolução do Conselho de 1993, bem como na Comunicação da CE nº 605/98, de 28 de outubro sobre Desenvolvimento

Urbano) o que por si só garantindo a proteção e implementação de ações que visam tornar os espaços melhor concernente ao ambiente urbano. A título exemplificativo importa sublinhar as medidas 1 e 2 do Eixo I e destaca-se alguns indicadores e ações físicas implementadas dentro do quadro da Sustentabilidade ambiental urbana – “Área de Espaços verdes criados ou reabilitados”, Bairro de Habitação Social de Pio XII e Ligação da Rotunda do Bairro S. João de Deus à Rua Nau Vitória.

O Eixo II - Inclusão Social e Valorização Sócio Económica e Profissional – apresenta-se equiparado as duas dimensões das AIDUS o que o confere uma certa legitimidade nas ações primárias que em despertam o entrosamento com a: Economia verde urbana, Coesão Social Urbana. Para exemplificar destaca-se o projeto feito voltado à Orientação Vocacional e Percursos Formativos (Autocarro das Profissões) ou ainda Programa de Desenvolvimento de Competências.

Tabela 4.6. 1- Entrosamento de dados entre a análise estrutural da Iniciativa Comunitária Urban II - Porto Gondomar e as cinco dimensões das AIDUS.

PIC Urban II - Porto Gondomar (análise estrutural)	Dimensões das AIDUS
Eixo I. Construção da Coesão do Espaço Urbano	Sustentabilidade ambiental urbana,
	Planeamento espacial urbano,
	Governança territorial urbana
Eixo II. Inclusão Social e Valorização Sócio Económica e Profissional	Economia verde urbana,
	Coesão Social Urbana
Eixo III. Revitalização Cultural e Desportiva	Coesão Social Urbana

Mediante a situação proposta na tabela 16 é apresentado a avaliação feita a zona de intervenção da Iniciativa Comunitária Urban II Porto-Gondomar. Para esse efeito de acordo ao método de aplicação da metodologia – método estrela proposto, foi possível apurar a partir de alguns estudos de caso e implementação física que se achou mais pertinente na zona de intervenção mediante ações e indicadores de resultados extraídos do Relatório Final de Execução - PIC

URBAN II Porto – Gondomar a apresentação dos resultados segundo a distribuição no gráfico abaixo.

De uma maneira geral em termos de sustentabilidade denota-se implementação dos indicadores previstos no eixo I. Há que realçar também o cumprimento e satisfação dos indicadores na vertente da inclusão social particularmente na valorização profissional, a taxa de empregabilidade crescente e não menos importante a participação das associações locais em projetos de cariz social – enquadrados no Eixo II. Ao passo que o Eixo III “Revitalização Social, Cultural e Desportiva” caracterizou-se, também, pelo seu elevado dinamismo, possibilitando a concretização de grande parte das metas relacionadas com as questões educativas, sociais, culturais e desportivas da Área de Intervenção;

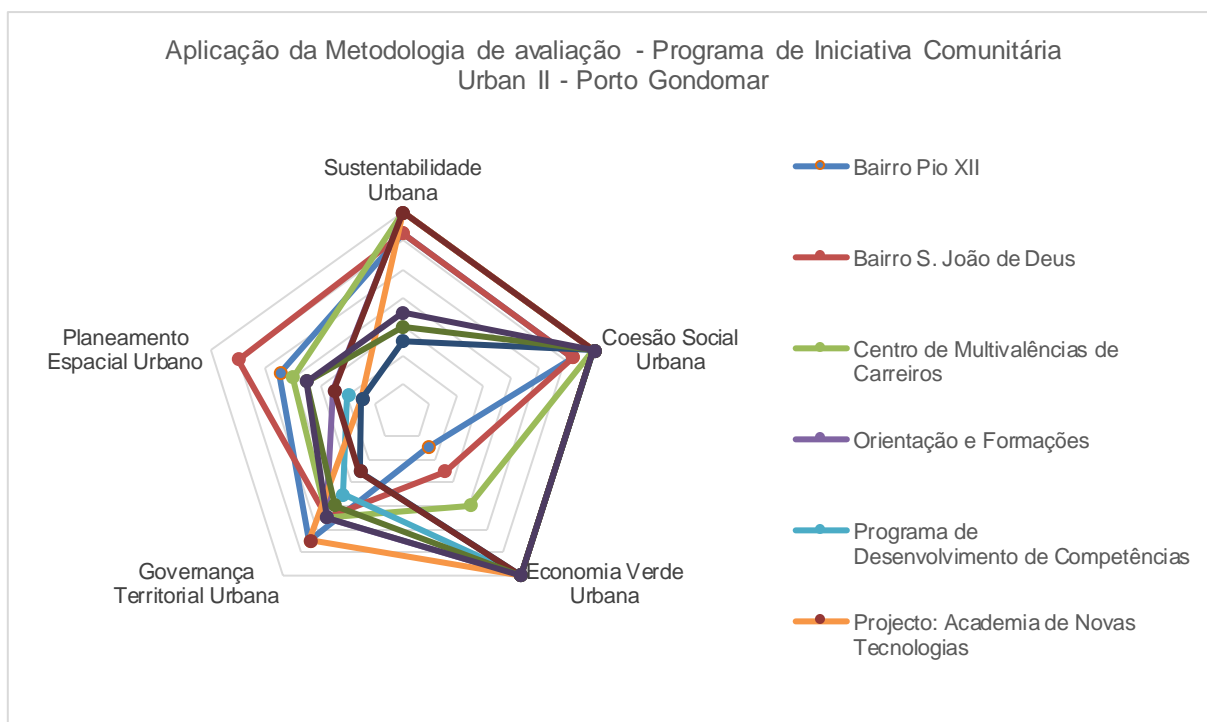


Fig. 4.6. 1- Representação gráfica dados de implementação do método estrela com base em projetos

Tabela 4.6. 2- Dados da avaliação do PIC- Porto Gondomar segundo método dimensional.

Porto /Gondomar				
Dimensões	Vetores	Integração fraca	Parcialmente integrado	Totalmente integrado
Sustentabilidade ambiental urbana	- Proteção ambiental		AIDUS	
	- Espaços verdes e públicos	←	Cobre as cinco dimensões?	→
Coesão social urbana	- Instrumentos de planeamento espacial	⊗		☑
	- Mobilidade sustentável	←	Produz impacto significativo?	→
	- Resiliência urbana	⊗		☑
Economia verde urbana	- Regeneração económica	←	Tem uma perspetiva de longo prazo?	→
	- Regeneração infra estrutural	⊗		☑
	- Economia circular	←	Tem uma abordagem baseada no local?	→
Governança territorial urbana	- Governança multinível	⊗		☑
	- Capacidade institucional e inovação	←	Envolve as partes locais interessadas?	→
	- Informação e participação dos cidadãos	⊗		☑
Planeamento espacial urbano	- Regeneração e integração social	←	É devidamente monitorado e avaliado?	→
	- Habitação adequada, segura e económica	⊗		☑

De acordo com os dados disponibilizados nos relatórios de avaliação do Urban II 2000 2006

5

CONCLUSÃO

5.1. NOTA INTRODUTÓRIA

As cidades dos Estados Membros da EU viveram períodos de gestão da cidade muito conturbados e vários são os estudos que demonstram que esses desafios pelo qual enfrentam as cidades e ou espaços urbanos não são resolvidos unicamente com intervenções no espaço físico, muito pelo contrário até porque os desafios não se circunscrevem a questão física nesse contexto os problemas vão desde económicos, ambientais, climáticos, sociais e demográficos, portanto carece de uma intervenção e ou abordagem alargada e integrada pois cada um desses males agem de forma interligada nas sociedades.

A EU ciente das dificuldades que enfrentam as zonas urbanas tem procurado criar medidas e soluções através de programas no caso específico o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e outros que prestam o devido reconhecimento a importância que desempenham as cidades. A par dessas abordagens a que destacar também o papel dos ministros dos Estados Membros da CE nos vários encontros de peritos pois tem se destacado na produção de documentos, normais que se vão adaptando em cada região. Esses fundos são acompanhados de políticas urbanas e ferramentas ou instrumentos que tornam funcional a implementação normativa quer do ponto de vista técnico, financeiro ou ainda mediante intercâmbios e partilha de conhecimento em vários campos da sociedade. que prestam o devido apoio sendo os principais veículos de fundamentos a questões de desenvolvimento urbano integrado.

Importa realçar que os EM (Estados Membros) da UE mediante o apoio financeiro do FEDER e do FSE desenvolveram pelo menos 118 Iniciativas Comunitárias Urbanas em áreas urbanas para as duas fases Urban e Urban II. Sendo que Espanha, Itália, Reino Unido, Alemanha e França destacam-se com maior percentagem das iniciativas e por outro lado, países como Áustria, Dinamarca, Finlândia e Suécia todas com dois programas da Iniciativa e Luxemburgo com apenas um caso. que menos implementaram essa iniciativa. E claro Portugal não está do topo percentual dos casos, mas apresentou pelo menos 6 programas que incidiram apenas nas duas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa o que até certo ponto demonstra uma certa concentração

dessas iniciativas o que provoca mais atração para essas regiões e eventualmente mais pressão demográfica nos centros destas metrópoles e mais facilmente notar-se-á os problemas sociais a virem à tona em detrimento de outras regiões do país.

Como cabeça do ponto de vista hierárquico a CE serviu como guia para questões de políticas urbana, claro que alguns estados membros questionam essa situação até porque alguns autores fundamentam que a UE não tem competências de criar políticas a nível dos países membros, mas pode simplesmente criar normas e regulamentos que depois se adaptam em cada local. Com base neste tipo de abordagem de políticas urbana locais é que se começa a levantar a hipótese da criação duma política urbana em que todos os estados membros se revissem nela.

Após leitura e interpretação das diversas referências da literatura que abordam políticas urbanas direcionadas as cidades e ou vilas que apresentam alguma carência de varia índole, muitas são as opiniões retiradas, mas em boa parte há uma certa unanimidade no que se refere a implementação de Iniciativas comunitárias embora implementadas como fase de experiências, mas ainda assim os dados apontam que tiveram um desempenho superior as metas estabelecidas.

Em termos genéricos o segundo o Relatório de implementação Anual de 2007 sustém a idéia de sucesso no programa com base nos indicadores e resultados que foram além do que foi programado ou seja mais de 100%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atkinson R (2001) *The Emerging 'Urban Agenda' and the European Spatial Development Perspective: Towards an EU Urban Policy?*, *European Planning Studies*, 9: 3, 385-406, DOI: 10.1080 / 713666487

Atkinson, R. and C. Rossignolo (2009): *An 'explicit' EU urban policy alter a 'learning' phase?*, paper presented at the II European Urban Research Association Conference in Madrid.

Atkinson, R. and C. Rossignolo. (2010). *Cities and the 'soft side' of Europeanization: The role of urban networks*.

Atkinson, R. (2015). *The Urban Dimension in Cohesion Policy: Past Developments and Future Prospects*. *European Structural and Investment Funds Journal* 3 (1): 21–31.

Begg, I. (1999), *Cities and competitiveness*, *Urban Studies*, 36(5): 795-809.

Bloomfield, J. (2011): *Developing Europe's urban model. 25 anos de eurocities*”, disponível online: arquivo: // developing_europe_s_urban_model_25_years_of_eurocities-nvat_12212.pdf.

Isabel Breda-Vázquez, Paulo Conceição and Pedro Mória (2010) *Learning from Urban Policy Diversity and Complexity: Evaluation and Knowledge Sharing in Urban Policy, Planning Theory & Practice*, 11: 2, 209-239, DOI: 10.1080 / 14649351003759656

Juliet Carpenter, Moneyba González Medina, María Ángeles Huete García, Sonia De Gregorio Hurtado (2020): *Variegated Europeanization and urban policy: Dynamics of policy transfer in France, Italy, Spain and the UK* *European Urban and Regional Studies* (IF4.49), Pub Date 2020-01-22, DOI: 10.1177/0969776419898508

Carta de Leipzig. (24 May 2007 - 25) Leipzig Charter on Sustainable European Cities. Agreed on the occasion of the informal Ministerial Meeting on Urban Development and Territorial Cohesion, Leipzig.

Cavaco, C., Florentino, R., & Pagliuso, A. (2020). *Urban Policies in Portugal*. In S. Armondi & S. D. G. Hurtado (Eds.), *Foregrounding Urban Agendas. The New Urban Issue in European Experiences of Policy-Making* (pp. 49–74). Cham: Springer Nature Switzerland AG. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-29073-3>

Chamusca, P. (2011). *“Polis XXI, governança e planemanento urbano no norte de Portugal: Impactos do programa de Regeneração Urbana.”* Do Livro: *Trunfos de uma Geografia Ativa: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia*, editado por N. Santos e L. Cunha, 453–460. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra 2011

Chorianopoulos I. & Iosifides T. (2006) *The Neoliberal Framework of EU Urban Policy in Action: Supporting Competitiveness and Reaping Disparities*, *Local Economy*, 21:4, 409-422, DOI: 10.1080/02690940600951964

Comisión Europea (1990). *Libro Verde del Medioambiente Urbano*. Bruselas: Comisión Europea.

Comisión Europea (1998). Desarrollo Urbano Sostenible en la Unión Europea: Un marco de acción. Bruselas: Comisión Europea. Acedido em 03 de junho de 2021. http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/framework_en.pdf

Comissão Europeia. (2014) *A dimensão urbana das políticas da UE - Principais características de uma Agenda Urbana da UE*. COM (2014)

Cowles, M., Caporaso, J., and Risse, T. (eds.) (2001): *Transforming Europe: Europeanization and Domestic Change*, Ithaca, and London: Cornell University Press.

De Gregorio Hurtado, Sonia (2015). *Políticas urbanas de la Unión Europea desde la perspectiva de la planificación colaborativa*. Cuadernos de Investigación Urbanística Ci[ur] n° 98 doi:10.20868/ciur.2015.98.3090

De Gregorio Hurtado, S. (2017) *Is EU urban policy transforming urban regeneration in Spain? Answers from an analysis of the Iniciativa Urbana (2007–2013)* *Cidades* (Londres, Inglaterra), 60 (A), 402 - 414. doi: 10.1016 / j.cities.2016.10.015

De Gregorio Hurtado, S. (2020). *Putting Deprived Neighborhoods Back at the Core of EU Urban Policy, contribution number 18*, in Jones, E. (ed.): *European Studies: Past, Present, and Future*. Newcastle upon Tyne. Agenda Publishing Limited.

E. de Santiago Rodríguez (2017) *El proceso de construcción de la Agenda Urbana de la Unión Europea: de la Declaración de Toledo al Pacto de Amsterdam* - Territory of Research on Settlements and Environment -18(1/2017) pag. 23-41 Editado por: Maria Green Cowles, James Caporaso, Thomas Risse.

Ernesto d'Albergo (2010) *Urban issues in nation-state agendas: a comparison in Western Europe*, *Urban Research & Practice*, 3:2, 138-158, DOI: 10.1080/17535069.2010.481220

ESPO. (2006.) *Potentials for polycentric development in Europe*. Project report. Luxemburgo. Acessado em 6 de maio de 2021. http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPO2006Projects/ThematicProjects/Polycentricity/fr-1.1.1_revised-full.pdf.

EU (2006). *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament on Thematic Strategy on the Urban Environment {SEC (2006) 16} / ”COM/2005/0718 final* “/ http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/com_2005_0718_en.pdf

EU (2014). *Communication from the Commission to the European Council and Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - The urban dimension of EU policies - Main features of an EU Urban Agenda*. European Commission. Obtained from: http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/urb_agenda/pdf/comm_act_urb_agenda_en.pdf

Ex Post de URBAN II. Estudo de Caso: Porto - Gondomar. *Uma história de sucesso isolada? Avaliação Ex Post dos Programas da Política de Coesão 2000-2006: O Iniciativa Comunitária URBAN*. Bruxelas: Relatório de avaliação

Fedeli, V., Lenzi, C., Briata, P. and Pedrazzini, L. (2020), 'The urban question and the EU integration project: a continuous experiment'. In: V. Fedeli, C. Lenzi, P. Briata and L. Pedrazzini, EU Regional and Urban Policy Innovation and Experiences from 2014–2020 Programming Period, pp. 49–62, Springer

Ferry M, Kah S, Bachtler J (2018) *Integrated territorial development: new instruments—new results?*, IQ-net thematic paper 42(2), European Policies research centre delft

Gutiérrez Palomero, A. (2010): " *La Iniciativa Comunitaria Urban Y La construcción inconclusa de una Política Urbana para la Unión Europea* ". Papeles de Geografía 2010, 51-52; pp. 159-167

Hamedinger, A. e A. Wolffhardt (2010): *The Europeanization of cities: policies, urban change and urban networks*, edited by Alexander Hamedinger and Alexander Wolffhardt, Urban Research & Practice, 4:3, 361-364, DOI: 10.1080/17535069.2011.616760

Ladrech, R. (1994): 'Europeanization of Domestic Politics and Institutions: The Case of France', Journal of Common Market Studies, Vol. 32, No. 1, pp. 69-88.

Le Galès, P. (2005) Elusive urban policies in Europe, in: Y. Kazepov (Ed.) *Cities of Europe: Changing Contexts, Local Arrangements, and the Challenge to Urban Cohesion*, pp. 235–254. Oxford: Blackwell.

Le Galès, P. (2006): *Le città europee. Società urbane, globalizzazione, governo locale*, Bolonia: Il Mulino.

João Igreja & Paulo Conceição (2021) *The influence of EU policy on local policy-making, governance and urban change*. Evidence from Porto, Portugal, Urban Research & Practice, 14:4, 372-396, DOI: 10.1080/17535069.2021.1959632

George Varna e Steve Tiesdell (2010) *Assessing the Publicness of Public Space: The Star Model of Publicness*, Journal of Urban Design, 15: 4, 575-598, DOI: 10.1080 / 13574809.2010.502350

Julia R. Kotzebue (2016) *The EU integrated urban development policy: managing complex processes in dynamic places*, European Planning Studies, 24:6, 1098-1117, DOI: 10.1080/09654313.2016.1153048

Medeiros E. 2014. "The 'europeanization of spatial planning processes in Portugal within the EU cohesion policy strategies (1989-2013)" Journal of Geography and Spatial Planning, n°.. 6: <http://dx.doi.org/10.17127/got/2014.6.012>

Medeiros, E (2017). *The territorial dimension of European Union policies*. A conceptual approach. Book: Uncovering the Territorial Dimension of European Union Cohesion Policy. (pp. 9 - 22 de).. Routledge Publisher

Eduardo Medeiros & Arno Van Der Zwet (2019) *Evaluating Integrated Sustainable Urban Development Strategies: a methodological framework applied in Portugal*, European Planning Studies, 28:3, 563-582, DOI: 10.1080/09654313.2019.1606898

Medina, González M., & Fedeli, V. (2015). *Exploring European urban policy: Towards an EU-national urban agenda? December 2015* *Gestión y Análises de Políticas Públicas* 14(14):7-22 DOI:10.24965/gapp.v0i14.10287

Moneyba González Medina, Musterd, S., e Murie, A. (eds.) (2011), *Making Competitive Cities*, Chichester, Wiley-Blackwell.

Carlos Oliveira & Isabel Breda-Vázquez (2011) *Territorial Governance in Portugal: Institutional Change or Institutional Resilience?*, *disP - The Planning Review*, 47:186, 64-76, DOI: 10.1080/02513625.2011.10557145

Oliveira, C. e I. Breda-Vázquez. (2012) . *Europeanisation of Territorial Policies in Portugal and Italy: A Cross-national Comparison*. *Política e Política* 40 (1): 87–103. doi: 10.1332 / 030557310X520261

Olsen, J. (2002) *'The Many Faces of Europeanization'*, *Journal of Common Market Studies*, 40,5, pp. 921-952.

Queirós, M. e M. Vale. (2005). *Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa POLIS*. No Comunicações do X Colóquio Ibérico de Geografia: A Geografia Ibérica no Contexto Europeu, 22 a 24 de Setembro, 1-16. Évora: Universidade de Évora

Rio Fernandes, J., F. Teles, P. Chamusca e J. Seixas. (2020). *“The power of the cities and the power in the cities a multiscale perspective from Portugal*. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Española*, n.º. 87. doi: 10.21138 / bage.2978 .

Radaelli, C. (2003). *"The Europeanization of Public Policy"*, em K Featherstone e C Radaelli (eds), *A política de europeização* Oxford: Oxford University Press, pp. 27-56.

Relatório Final de Execução - PIC Urban II Porto-Gondomar (Período de Programação: 11 de Maio de 2001 até 30 de Junho de 2009)

Risse, T., Cowles, M., and Caporaso, J. (2001): *'Europeanization and Domestic Change: Introduction'*, in M. Cowles, J. Caporaso and T. Risse (eds.), *Transforming Europe: Europeanization and Domestic Change*, Ithaca and London: Cornell University Press, pp. 1-20.

Tofarides, Maria. (2003) *The Birth of the European Union's Urban Policy 'Experiment.'* *Urban Policy in the European Union*, 2003, 40-73. Universidade Autónoma de Madrid

URBACT. (2014) *Operational Program URBACT III. European Regional Development Fund 2014 - 2020*. Brussels: European Territorial Cooperation, European Program for Sustainable Urban Development.

Vale, M. (2011), *Innovation networks and local and regional development policy*, in A. Pike, A. Rodríguez-Pose e J. Tomaney (eds.), *Handbook of Local and Regional Development*, Abingdon, Routledge, 413-424.

Van den Brande, L. (2014). *Multilevel Governance and Partnership*. Prepared at the request of the Commissioner for Regional and Urban Policy Johannes Hahn

van der Zwet, A., & Bachtler, J. (2018) *New Implementation Mechanisms for Integrated Development Strategies in ESIF*. European Structural & Investment Funds Journal. 2018, Vol. 6 Issue 1, p3-12. 10p.